



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
DE MÉDIO PRAZO DO SECTOR
AGRÁRIO**
(PDMPSA) 2013 -2017

OUTUBRO, 2012
14/10/2012



Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1. INTRODUÇÃO	11
2. ECONOMIA E SECTOR AGRÁRIO E RURAL EM ANGOLA	13
2.1. Economia Angolana	13
2.2. Nível de Actividade no domínio da Produção Agrícola, Pecuária e Florestal	17
Avaliação da Campanha Agrícola 2010/2011	17
2.1.1- Produção de Cereais	18
2.1.2-Produção de Leguminosas/Oleaginosas	19
2.1.3-Raízes e Tubérculos	19
2.1.4-Hortícolas e Frutas	20
2.1.5- Produção de Café	20
2.1.6-Produção Pecuária	20
2.1.7-Produção Florestal	21
2.1.8- Preços ao Produtor e Valor da Produção Agro-Pecuária	21
2.3. Nível de Actividade no Domínio do Desenvolvimento Rural	23
3. EVOLUÇÃO RECENTE	24
3.1. Políticas E Medidas Adoptadas	25
3.2 Situação Institucional E Dos Programas	26
3.2.1 Investigação Agrária	26
3.2.2 Extensão e Desenvolvimento Rural	27
3.2.3. Projectos Agrícolas de Larga Escala	29
3.2.4. Gestão dos Perímetros Irrigados	30
3.2.5. Florestas e repovoamento florestal	31
3.2.6. Infra-estruturas industriais e agro-indústrias	32
4. DIAGNÓSTICO SECTORIAL	33
4.1 Fraquezas Críticas	33
4.2 Principais Potencialidades	35
5. POLITICA ACTUAL DO SECTOR AGRÁRIO	38
5.1 MISSÃO	38
5.3 OBJECTIVO GERAL	38
5.4 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	38
5.5 METAS	40
6. MEDIDAS DE POLÍTICA	41
6.1 MEDIDAS DE POLITICA	42
6.2 PRIORIZAÇÃO DAS ACCÇÕES	42

7. PROGRAMAS DO SECTOR	46
7.1-Programa de Desenvolvimento Sócio-Económico das Comunidades Rurais	46
7.2 - Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar	46
7.3 - Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	47
7.4 Promoção de Pólos Agro-Industriais e Fazendas de Larga Escala	47
7.5 Programa de Apoio e Fomento à Produção Animal	47
7.6 Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Florestais	48
7.7 Programa de Recuperação e Desenvolvimento do Sector do Café	49
7.8 – Reabilitação e Construção De Infra-Estruturas De Apoio Ao Regadio	49
7.9. Programa de Reestruturação do Sistema de Investigação Agrária	50
7.10 Programa de Formação e Difusão de Informação do MINAGRI	52
7.11. Programa de Implantação de Centros de Formação e Treinamento Agro-Pecuários, Florestais e de mecanização agrícola	53
7.12 Programa de Apoio a Gestão dos Perímetros Irrigados	54
7.13. Programa de Reforço do Enquadramento Estratégico e Legal do Sector	54
7.14. Programa De Promoção Do Crédito e Seguro Agrícola	56
7.15. Programa de Apoio a Comercialização Rural	56
ANEXO 1: Dados Estatísticos	61
Quadro A.1 - Evolução Populacional em Angola - milhões	62
Quadro A.2 – Acréscimo Anual da Produção de Alimentos (tons) 2008-13	62
Quadro A.3 – Produção – Culturas Alimentares (tons) – 2001-2011	63
Quadro A.4 – Projecção da produção – Culturas Alimentares (tons) – 2012 - 2017	64
Quadro A.4 – Área Cultivada – Culturas Alimentares (ha) 2009-2011	65
Quadro A.5 – Produtividade – Culturas Alimentares (tons/ha) 2009-2011	65
Quadro A.6 – Produção, Área e Produtividade nas EAE e EAF – 2010/2011	66
Quadro A.7 – Necessidades Internas – Culturas Alimentares (tons) 2009/2011	67
Quadro A.8 – Necessidades de Importação – Culturas Alimentares (tons) 2009/2011	67
Quadro A.9 – Efectivos Pecuários – Distribuição por espécie e por província 2010/2011	69
Figura B.1: Leitura comparada do Índice de Desenvolvimento Humano	70
Quadro A.10 -Famílias assistidas pelo IDA na campanha agrícola 2011-2012	71
ANEXO 2: Análise Swot do Sector Agrário	72

ANEXO 3: Localização das Fileiras Produtivas Propostas no PDMPSA 2011-17 80

Quadro E.1 – Fileira de Cereais _____	81
Quadro E.2 – Fileira de Raízes e Tubérculos _____	82
Quadro E.3 – Fileira de Leguminosas de Grão _____	83
Quadro E.4 – Fileira de Oleaginosas _____	84
Quadro E.5- Fileira de Hortofrutícolas e fruteiras _____	85
Quadro E.6- Fileira do Café _____	86
Quadro E.7- Fileira de Produtos de Origem Animal _____	87
Quadro E.8 – Fileira das Florestas _____	88
Quadro E.9 – Reabilitação e Construção de Infra-estruturas _____	89
Quadro E.10 – Fileira das Sementes _____	90
Quadro E.11 – Fileira de Material Vegetativo de Raízes e Tubérculos _____	91
Quadro E.12 – Fileira de Material Vegetativo de Leguminosas _____	92
Quadro E.13 – Reabilitação e Construção de Infra-estruturas _____	93

ABREVIATURAS

DNAPF	Direcção Nacional da Agricultura, Pecuária e Floresta
DNDR	Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural
DNHAER	Direcção Nacional de Hidráulica Agrícola e Engenharia Rural
EA	Exploração Agrária
EAE	Explorações Agrícolas Empresariais
EAF	Explorações Agrícolas Familiares
EDA	Estação de Desenvolvimento Agrário
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-pecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GDA	Gabinetes de Desenvolvimento Agrário
GEPE	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística
GESTERRA	Empresa de Gestão de Terras Aráveis S.A.
GI	Gabinete de Inspecção
GII	Gabinete de Intercâmbio Internacional
GJ	Gabinete Jurídico
GSA	Gabinete de Segurança Alimentar
IBEP	Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População
I.D.A	Instituto de Desenvolvimento Agrário
I.I.A	Instituto de Investigação Agronómica
I.I.V	Instituto de Investigação Veterinária
IDF	Instituto de Desenvolvimento Florestal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAPEM	Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Medias Empresas
INCA	Instituto Nacional do Café
INCER	Instituto Nacional de Cereais
ISV	Instituto de Serviços de Veterinária
MECANAGRO	Empresa Nacional de Mecanização Agrícola
MINAGRI	Ministério da Agricultura
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de Africa
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não Governamental
PAMURP	Programa de Apoio Específico à Mulher Rural e da Periferia
PDC	Programa de Desenvolvimento Comunitário
PDMPSA	Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário
PLANIRRIGA	Plano Director Nacional de Irrigação
PDRCP	Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza
PEDR	Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural
PFG	Programa de Formação Global
PIP	Programa de Investimento Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SADC	Comunidade de Desenvolvimento dos Países da Africa Austral
SENSE	Serviço Nacional de Sementes
SNIA	Sistema Nacional de Investigação Agrária
SOPIR	Sociedade Gestora dos Perímetros Irrigados
UNACA	Confederação das Associações e Cooperativas de Camponeses
Angolanos	

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Lei nº1/11, de 14 de Janeiro - *Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento* e do planeamento nacional, traz para o nosso ordenamento jurídico um instrumento que visa aperfeiçoar as acções do planeamento, tornando-as mais eficientes á par da administração financeira, almejando que o planeamento seja um verdadeiro instrumento de gestão orientado para os resultados, com a consequente melhoria das condições de funcionamento do Estado.

É neste quadro que se insere a elaboração deste Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário (PDMPSA) cuja unidade cronológica de planeamento é o quinquénio 2013-2017, resguardado pela estratégia de longo prazo até 2025.

O PDMPSA assenta numa abordagem abrangente e integradora onde se propõem e articulam um conjunto de programas e projectos, definidos com base numa hierarquia de prioridades, para alcançar os objectivos geral e estratégicos judiciosamente estabelecidos na sequência do diagnóstico efectuado para o sector e das políticas governamentais para a agricultura, pecuária, florestas e outros recursos naturais. Originalmente se destacam os atributos do sector no tocante a sua *missão e visão*.

A metodologia para a elaboração deste PDMPSA baseou-se no enquadramento das políticas e estratégias que o Chefe do Executivo definiu para este sector, estando no centro das suas atenções a **questão da segurança alimentar**, tendo sido realizadas reuniões com responsáveis e técnicos dos vários departamentos do MINAGRI, na busca de consenso sobre as acções prioritárias a implementar e que respondam aos desafios do sector, contribuindo para o alcance dos objectivos programados. De igual modo foi feita uma revisão do anterior PDMPSA recuperando aqueles aspectos que não tiveram tratamento adequado ou cuja continuidade se revela necessária, para além da obtenção de referências a partir dos Programas e Projectos em curso e dos iniciados recentemente.

Este documento apresenta uma breve descrição da situação socioeconómica do País, uma abordagem detalhada do Sector Agrário e da conjuntura em que se insere. Segue-se uma descrição das actuais políticas e estratégias vigentes no Sector e uma análise dos seus principais constrangimentos, assim como das oportunidades para o seu desenvolvimento. Com base nesta análise são identificados objectivos estratégicos e as medidas de política que devem ser tomadas para permitir um crescimento rápido e sustentável do Sector Agrário, apoiados na visão de futuro, espelhada na Estratégia de Longo Prazo. Finalmente, faz-se uma descrição dos programas e projectos a implementar de acordo com a visão do Programa.

Mais precisamente, na **introdução** é feita uma indicação do contexto socioeconómico de Angola, com estimativa da população angolana em 2008, e uma caracterização de vários aspectos sociais, obtidos pelo

Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População (IBEP) e também os principais indicadores sociais que devem ser melhorados, no importante esforço de combater a pobreza. Faz-se igualmente uma indicação do grande potencial agrícola, pecuário e florestal do País

Ao analisar a **economia e o sector agrário** faz-se uma caracterização dos índices económicos verificados pela economia angolana, que apesar da crise financeira e económica em que o mundo está mergulhado, tem conhecido taxas de crescimento do PIB elevadas, tendo-se situado num valor médio de 11,6% na última década.

A estrutura do PIB angolano é ainda largamente dominada pelo sector da indústria extractiva (petróleo e diamantes). Para contrariar esta tendência está em curso um programa de diversificação da economia, sendo o sector da agricultura a par de outros sectores o centro desta transformação.

Em seguida faz-se uma retrospectiva do nível actual de produção do sector, destacando-se as principais culturas alimentares agrupadas em cereais, raízes e tubérculos, leguminosas, hortícolas, e frutas. Descreve-se igualmente o nível de evolução da pecuária, em geral, com grande potencial para crescimento no País, para abastecer não só o mercado nacional mas igualmente o regional e mesmo o internacional. Relevantes informações sobre o potencial do sector florestal, a sua evolução, a sua biodiversidade e também os seus principais produtos, completam a análise.

No domínio do desenvolvimento rural, dá-se ênfase às acções em curso visando a melhoria das condições de vida das comunidades rurais, particularmente com a construção de aldeias rurais, dotadas de infra-estruturas de saneamento básico, adução e tratamento de água potável, electrificação, instalações sanitárias, escolas, mercados e outras estruturas de apoio social necessárias.

Em seguida, é apresentada a situação institucional do então MINADERP e das suas entidades tuteladas para indicar o importante papel dos seus serviços agronómicos, veterinários e florestais na promoção do desenvolvimento do sector agrário. Neste contexto, é indicado o significativo esforço de modernização institucional que se faz na área de investigação e transferência tecnológica, através do Programa de Investigação Agrária, que contribuirá certamente para a transformação da agricultura tradicional do País. Também, destaca-se o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural que está a apoiar a organização associativa no meio rural, o aumento das capacidades do Instituto de Desenvolvimento Agrário e das Estações de Desenvolvimento Agrário em prol da agricultura familiar, da sua produtividade, maiores produções e melhor qualidade de vida. Além desses, outras áreas relevantes são indicadas como importantes elementos promotores de desenvolvimento no sector agrário tais como a Gestão dos Perímetros Irrigados, os Projectos de Larga Escala, as Infra-estruturas Industriais e Agro-indústrias, seja no domínio da agricultura familiar ou no domínio da emergente agricultura comercial.

Os principais **problemas actuais e potencialidades** do sector agrário são diagnosticados para se perspectivarem soluções e estratégias de

acção. Quanto aos problemas destacam-se as restrições estruturais ao desenvolvimento, a destruição de infra-estruturas e da capacidade produtiva, a sobrevalorização da taxa de câmbio, a fragilidade dos serviços agrícolas de extensão e assistência técnica, os problemas do cooperativismo e associativismo agrário, o marketing e a gestão empresarial agrária.

Relativamente às potencialidades são indicados os ricos e abundantes recursos edafoclimáticos, os solos agricultáveis e os aproveitáveis solos de savanas, a disponibilidade de água em várias partes do País que tem 47 bacias hidrográficas, as enormes áreas com terras potencialmente cultiváveis que somam 35 milhões de hectares, o potencial dos mercados interno, regional e internacional, a relativa disponibilidade de recursos financeiros que podem ser atraídos de outros sectores produtivos, a conjuntura internacional de preços agrícolas elevados, que representa oportunidades para países como o nosso, com recursos naturais abundantes, aumentarem as suas produções agro-pecuárias. Para examinar mais cuidadosamente esses pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças no sector agrário foi desenvolvida uma análise SWOT, conforme apresentada em anexo, para permitir o estabelecimento de estratégias para promover o desenvolvimento do sector agrário.

Os **objectivos gerais e estratégicos, bem como as metas** do PDMPSA são apresentadas como marcos orientadores das iniciativas propostas. Destaca-se que o *objectivo geral é o de promover a transformação sustentável da agricultura de subsistência para uma agricultura comercial orientada para o mercado, visando alcançar a segurança alimentar e a dinamização da agro-indústria nacional, o combate a fome e a pobreza.*

Estabelecem-se quatro objectivos estratégicos, designadamente:

Objectivo Estratégico 1: promover uma alargada campanha de capacitação profissional e transferência de tecnologias para otimizar a produção e produtividade agrárias;

Objectivo Estratégico 2: implementar um processo de transformação agrária e rural assente no desenvolvimento da agricultura familiar, no cooperativismo e nas parcerias público-privadas;

Objectivo Estratégico 3: estabelecer um apertado mecanismo de coordenação e sinergias entre os diferentes sectores e outros interventores no meio rural, enfatizando a participação da sociedade no processo de desenvolvimento nacional;

Objectivo Estratégico 4: contribuir para o processo de industrialização do país;

Com base nos objectivos estratégicos do sector, são estabelecidos objectivos específicos a perseguir pelas instituições e diferentes domínios da intervenção deste sector, cuja natureza se relaciona com o uso sustentável de recursos naturais, vulgarização do uso de tecnologia adaptadas, assistência técnica, crédito e outras formas de finanças rurais, mercados de insumos e produtos mais eficientes, incentivos,

desenvolvimento da pecuária e das florestas e melhoria das condições sociais das comunidades rurais.

Outros objectivos específicos destacam o importante papel do sector privado, das parcerias público-privadas, a grande relevância do cruzamento dos investimentos públicos e privados no sector agrário e o fundamental e necessário desenvolvimento de recursos humanos para promover maiores eficiências técnica e económica na agricultura, em geral.

Os mencionados objectivos específicos determinam metas para viabilizar o grande potencial do sector agrário e a exploração das suas vantagens comparativas e competitivas para gerar empregos e renda para milhares de angolanos. Essas metas são explicitadas em termos de evolução do número de explorações através de: a) processo de incorporação de um maior número de produtores, agricultores e/ou criadores, ao processo produtivo profissionalizado e b) processo dinâmico de transformação de Explorações Agrícolas Familiares (EAF) em Explorações Agrícolas Empresariais (EAE); c) expansão das áreas cultivadas dos principais produtos alimentares e comerciais; d) aumentos de produtividade na agricultura e de índices zootécnicos na pecuária; e) por consequência, aumentos da produção desses produtos e da oferta de alimentos que contribuem para as metas socioeconómicas de segurança alimentar, geração de empregos e renda.

Em seguida, são indicadas as **medidas de políticas** nos domínios económico, tecnológico, social, institucional e legal que são fundamentais para promover o desenvolvimento do sector agrário. Parte-se do princípio de que a reactivação da agricultura, pecuária e silvicultura depende de importantes iniciativas e investimentos que devem ser promovidos pelo Executivo, em infra-estruturas, fortalecimento e modernização institucional, formulação e aperfeiçoamento de legislação, investimentos em capital humano, desenvolvimento e transferência de tecnologias, etc. Para estimular a importante participação do sector privado também está a ser gradualmente promovido um ambiente macro-económico favorável, em termos de políticas monetária, fiscal e cambial, assim como uma melhor governação pública, a diversos níveis.

Além disso, os planos, programas e projectos específicos estão detalhados, de acordo com os quatro objectivos estratégicos definidos englobando iniciativas prioritárias, nomeadamente: **Objectivo estratégico 1:** (Investigação e Desenvolvimento, Fortalecimento Institucional e Formação de Recursos Humanos); **Objectivo estratégico 2** (Desenvolvimento Rural Integrado, Promoção e Desenvolvimento do Agro-negócio, Plano Nacional de Irrigação, Construção de Infra-estruturas de Apoio à Produção, Plano de Repovoamento Florestal, Comercialização, Promoção do Crédito, do Seguro e Finanças Rurais); **Objectivo estratégico 3:** (Participação da Sociedade no Processo de Desenvolvimento, Mecanismos de Concertação Sectorial, Cooperativismo e Associativismo); **Objectivo estratégico 4:** (Promoção de Polos Agro-industriais, Programa de Apoio a Pequena Indústria local, Promoção do Café e Palmar) e estratégias específicas estão previstas para promover os produtos alimentares e os comerciais, para atender o mercado interno com prioridade, para promover pólos de desenvolvimento agro-industriais, para fomentar o crédito e outras formas de finanças rurais,

para fortalecer e modernizar a investigação agrária e a transferência tecnológica, para promover mercados e a comercialização de insumos e produtos agro pecuários no meio rural, para usar e aprimorar sistemas de informação agro-pecuária tanto tecnológica quanto comercial, para promover a base legal no sector, criar uma rede de projectos piloto de gestão sustentável de recursos naturais, expandir o cooperativismo e o associativismo, promover parcerias público privadas, intensificar as iniciativas de cooperação técnica e económica, bilateral e multilateral, com países e agências internacionais.

Uma descrição e análise dos **programas** é apresentada para facilitar a percepção das iniciativas propostas, actividades e acções estruturantes e de fomento que serão implementadas. A macro estrutura do PDMPSA para o sector agrário é indicada subdividindo-se em projectos de investimento público e projectos do sector privado.

Nos **anexos** é apresentada uma quantidade significativa de dados estatísticos que fundamentam as análises realizadas para as estimativas das metas de expansão das áreas cultivadas, as produtividades e as produções agrícola, pecuária e florestal e uma Análise da Matriz SWOT desenvolvida para o sector agrário.

1. INTRODUÇÃO

A pobreza e o atraso em África constituem sem dúvida um contraste marcante com a prosperidade do mundo desenvolvido. A continuada marginalização do nosso continente no processo da globalização e a exclusão social da vasta maioria das suas populações constituem uma ameaça à estabilidade mundial.

A melhoria do bem-estar da população tem constituído, o objectivo supremo das acções do Governo angolano, estando a implementar uma série de políticas e programas em diversos domínios da vida nacional com destaque para a agricultura e desenvolvimento rural, infra-estruturas económicas e sociais, HIV e SIDA, entre outras.

No seu discurso de tomada de posse depois das eleições de 31 de Agosto de 2012, Sua Excelência o Presidente da República dizia *"... as ambições e objectivos do nosso Programa de Governação têm uma forte motivação de justiça social e de desenvolvimento humano. A sua concretização assenta numa estratégia de crescimento económico em que o investimento privado em projectos estruturantes do sector público se constituem na plataforma para o desenvolvimento da economia real.*

As nossas prioridades neste domínio vão centrar-se na economia não petrolífera, conferindo um papel mais relevante aos sectores mineiro e imobiliário, à agricultura, à indústria transformadora, às redes de distribuição, à circulação mercantil, à prestação de serviços de qualidade e à concorrência empresarial susceptível de conduzir à redução dos preços no consumidor final.

Daremos, deste modo, continuidade ao programa de transferências de recursos fiscais provenientes de recursos naturais não renováveis para os sectores de geração de renda baseados em recurso renováveis. Neste sentido, teremos um Programa de Projectos Estruturantes para a Energia e para a Água, um Programa Estratégico de Segurança Alimentar e um Programa de Industrialização do País" fim da citação¹

No sentido de avaliar o efeito das políticas e programas na melhoria das condições de vida das populações o Executivo angolano, com o apoio do Banco Mundial e do UNICEF, realizou um Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População (IBEP), o qual revelou que apesar da crise económica vivida em 2008-2009, as acções de reconstrução e crescimento têm resultado numa maior disponibilidade de bens e serviços e na melhoria das condições de vida das populações, tanto no meio rural como urbano².

As estimativas populacionais de 2008/09 obtidas com base no IBEP apontavam para uma população de 16.367.879 pessoas, 48% das quais do sexo masculino e 52% do sexo feminino. A população encontra-se concentrada maioritariamente nas áreas urbanas (54%), e apenas 45,2% da população reside nas áreas rurais.

¹ Mensagem à Nação de Sua Excelência Eng^o José Eduardo dos Santos, aos 26/9/12

² Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População - Relatório Analítico, 2011

O tamanho médio dos agregados familiares é de cinco pessoas, sendo os agregados mais numerosos chefiados maioritariamente por homens.

O nível de iliteracia em Angola, ronda os 34%, grande parte do qual constituído por mulheres. Apenas 2/3 da população com mais de 15 anos de idade sabe ler e escrever, concentrando-se o analfabetismo maioritariamente entre a população pobre do meio rural.

Quanto ao acesso a abastecimento de água e saneamento, menos de metade da população (42%) usa uma fonte apropriada de água para beber tendo a população rural uma probabilidade duas vezes e meia inferior, comparativamente a população urbana.

Cerca de 80% da população angolana, vive em condições precárias de habitabilidade, sendo no meio rural praticamente universal a população que reside em habitações inadequadas.

A extensão do território e a existência de condições naturais adequadas (com destaque para os recursos hídricos, as terras aráveis, a diversidade agro-climática e a biodiversidade) representam um potencial extraordinário que começa a manifestar a sua expressão.

Os benefícios directos e indirectos provenientes das florestas, têm uma contribuição importante na economia do País, mas que, entretanto, ainda não são devidamente contabilizados no PIB: a lenha e o carvão representam cerca de 57% da energia consumida no País, constituindo por esse facto, a primeira fonte de energia para fins domésticos; em termos de segurança alimentar, a carne de caça constitui a principal fonte de proteína para as comunidades rurais; a maior parte dos materiais de construção nas áreas rurais são obtidos directamente das florestas (madeira, postes, cordas, capim, fibras, bambu, etc.)³.

Pelas suas características, os sistemas de produção agrícola, pecuários e florestais configuram-se como investimentos com retornos de médio a longo prazos. Mesmo quando se pensa nas culturas anuais, a necessidade de otimizar os sistemas de produção (selecção de variedades, ajuste da fertilização, correcção de solos, controlo de pragas e doença, etc.) condicionam o tempo de resposta que será inevitavelmente, muito além das expectativas mais imediatistas.

A estagnação que o sector sofreu em consequência do longo período de guerra, agravou substancialmente este facto: há alguma falta de referências que permitam orientar tecnicamente os produtores que associada a inexistência de um mercado de factores de produção devidamente estruturado acentuam as restrições para o desenvolvimento do sector.

As tendências de crescimento da produção agrícola e os padrões de aumento da produtividade que se verificam em todas as culturas nacionais, bem como o crescente interesse pelo investimento privado no sector, são factores encorajadores e por si só resultantes do enquadramento de políticas de apoio ao desenvolvimento. Apesar deste efeito positivo, consequência do esforço efectuado pelo Estado em prol

³ Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Florestais e Faunísticos 2012-2017, IDF 2012

do sector, existe ainda um grande potencial para o incremento da produção e da produtividade para o alcance da segurança alimentar nacional e relançamento da agro-indústria.

O abastecimento do mercado com produtos agrícolas, pecuários e florestais de produção nacional tem crescimento acentuadamente, tendo como base fundamental a produção desenvolvida pelos camponeses que, praticam ainda sistemas de agricultura com utilização de mão-de-obra familiar, escoando para o mercado de consumo alguns dos excedentes da sua produção, nomeadamente de mandioca, milho, feijão, batata-rena e também de alguns produtos hortícolas e mesmo frutas.

Nesse sentido, e tendo em vista o aproveitamento de todo o potencial existente, o Governo está a desenvolver programas que visam a promoção e o fomento da actividade económica privada, fundamentalmente a produção de bens e serviços, directa e indirectamente ligadas à produção, sem descuidar a preservação do meio ambiente.

No que toca à pobreza e aos indicadores sociais, apesar do elevado ritmo de crescimento da economia nacional, há ainda um extenso caminho a percorrer e que passa pela redução da pobreza, pela promoção do desenvolvimento equitativo e sustentável, e pela diversificação da economia nacional.

Os dados utilizados provêm de fontes primárias e secundárias, de publicações do próprio MINAGRI ou de outros Ministérios e da bibliografia citada.

2. ECONOMIA E SECTOR AGRÁRIO E RURAL EM ANGOLA

2.1. Economia Angolana

O sector agrário em Angola assume um papel de referência na economia nacional, quer de forma indirecta como suporte da actividade agro-industrial e como dinamizador de importantes negócios a montante, quer de forma directa como contribuinte para o PIB nacional. Desempenha ainda um importante papel estratégico na substituição das importações de bens alimentares por produtos *made in Angola*.

A política monetária do país assenta essencialmente em dois pilares: o controlo da inflação e a promoção da estabilidade do mercado cambial nacional. O objectivo destas acções é o controlo de preços, tema de importância de topo num quadro de uma economia que ainda depende muito das importações.

No que diz respeito ao sector agrário, o binómio dependência do mercado externo e economia inflacionada tem efeitos directos nos custos dos factores de produção e equipamentos, ainda maioritariamente importados. De facto, estes parâmetros contribuem de forma decisiva para inflacionar os preços da produção agrícola, que enfrenta ainda, na grande maioria dos produtos, limiares de produtividade baixos. Este

condicionalismo afecta de forma determinante a viabilidade dos investimentos no sector.

2.1.1. Taxa de inflação

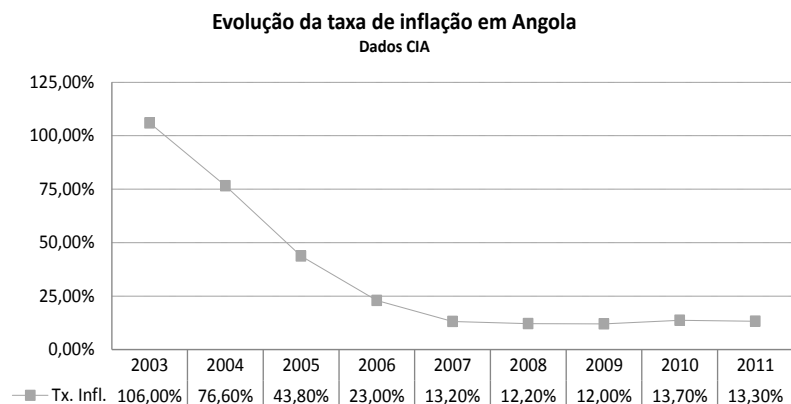


Figura 1. Evolução da taxa de inflação em Angola. É evidente o efeito positivo dos esforços para controlo da taxa de inflação que se mantém, apesar da crise internacional estável. Dados: CIA world fact book.

As políticas de controlo da inflação têm obtido efeitos positivos, bem patentes na Figura 1. A inflação em Angola tem-se mantido estável embora acima dos 12%. Contudo, os indicadores de inflação para o I Semestre de 2012 apontam para uma queda da inflação situando em apenas um dígito, o que revele o sucesso das medidas adoptadas para o seu controlo. Este facto é um importante contributo para a criação de um ambiente económico estável e para promover a confiança dos investidores.

As condições de financiamento praticadas nos diversos programas de crédito que estão a ser utilizadas pelos bancos operadores dos programas oficiais, são bastantes aliciantes para os investidores neste sector.

2.1.2. O Produto Interno Bruto: evolução e estrutura

O país tem conhecido taxas de crescimento do PIB real em média de 11,6% ao longo da última década, o que confere a sua economia uma elevada prosperidade⁴.

Na Tabela seguinte apresenta-se o quadro dos principais indicadores económicos da economia nacional.

Tabela nº1 INDICADORES-CHAVE ECONÓMICOS

	2008	2009	2010	2011e	2012e
Produto Interno Bruto (US\$ mil milhões)	84,2	75,5	82,5	104,3	112,7
Produto Interno Bruto Real (variação %)	13,8	2,4	3,4	3,9	6,8
Sector Petrolífero	12,3	-5,1	-3,0	-5,4	8,5
Sector Não-Petrolífero	15,0	8,1	7,6	9,5	6,0
Produto Interno Bruto per capita (US \$)	4,671	4,082	4,329	5,314	5,576
Inflação IPC (variação %, fim do período)	13,2	14	15,3	11,4	9,6
Balanço orçamental (% do PIB)	8,9	-9,6	5,3	10,2	6,1
Reservas Internacionais Líquidas (US\$ mil)	17,499	12,621	17,327	25,171	28,719

⁴ Perfil do Sector Privado do País, BAD, 2012

milhões)					
Reservas Internacionais Brutas (meses de exportações)	5,1	4,4	5,1	6,9	7,7

Fonte: Perfil do Sector Privado do País, BAD 2012

Na base das acções conseguidas o país tem alcançado níveis de crescimento económico singulares dentre os países em vias de desenvolvimento com taxas de crescimento do Produto Interno Bruto bastante acentuadas.

Os dados dão uma perspectiva da evolução quantitativa da economia nacional maioritariamente suportada pelos recursos naturais não renováveis (a indústria extractiva, petróleo, diamantes e gás natural, que representaram em 2008 quase 60% do PIB)., como se descreve no Quadro seguinte:

Tabela nº. 2- Contribuição do Sector Agrário e das Pescas no PIB

Sector	Ano			
	2009	2010	2011	2012 Est.
Agricultura e Pescas	10,4	10,1	10,2	12,2
Petróleo Bruto e Gás	45,6	45,6	46,6	38,8
Diamantes, Outras Extractiva	0,9	1,0	0,8	0,9
Indústria Transformadora	6,2	6,3	6,5	7,3
Energia Eléctrica	0,1	0,1	0,1	0,2
Construção	7,7	8,1	7,9	8,9
Serviços Mercantis	21,2	21,0	20,4	23,3
Outros	7,8	7,4	7,4	8,1

Fonte: Perfil do Sector Privado do País, BAD, 2012

Figura 2. Tendência e estrutura do PIB angolano: produto interno bruto (PIB) em mil milhões de Usd,

Fica clara a importância do sector agrário para a economia nacional dado o seu expressivo contributo para o PIB. Os números exprimem a importância estratégica e o potencial do sector, bem como o papel que pode vir a desempenhar na diversificação da actividade económica,

revelando uma tendência para a redução do protagonismo do sector extractivo no PIB enquanto os outros sectores adquirem maior peso. O sector mercantil representa ainda uma elevada parcela do PIB.

Os dados expostos quantificam o contributo directo do sector agrário (agricultura, pecuária, florestas e das pescas). Para além deste efeito directo, existem outros factores que não se encontram quantificados, designadamente o efeito indutor da produção do sector agrário no desenvolvimento de outros sectores, concretamente nos sectores de serviços a montante da produção e nos sectores a jusante: particularmente a agro-indústria.

O desenvolvimento do sector agrário gerará matérias-primas nacionais de natureza alimentar, o que terá importantes efeitos no desenvolvimento agro-industrial. Por outro lado, geram-se efeitos directos em indústrias situadas a jusante do processo de produção agrícola, como por exemplo a produção de rações para alimentação animal que, por sua vez, terá impacto no desenvolvimento pecuário criando-se um ciclo de crescimento positivo.

Constata-se que o sector agrário tem vindo a dar passos sólidos no sentido do desenvolvimento sustentável, mercê do quadro de medidas formuladas através dos programas e projectos e da concertação de acções provenientes dos diferentes actores, tendo o MINADERP assumido um papel de relevo em diversos níveis, na dinamização de recursos, na definição de estratégias, na sua implementação e operacionalização.

O sector agrário é um importante vector de diversificação da economia nacional, tal como determinado pelo Executivo na sua aposta para promover o crescimento sustentável do PIB, convertendo-se num instrumento privilegiado de combate à pobreza e um elemento essencial ao crescimento económico equitativo e sustentável.

Em concreto, poderá dar um precioso contributo para reduzir as importações de produtos alimentares e promover a agro-indústria. A continuação de uma aposta estruturada e persistente no seu desenvolvimento terá ainda importantes benefícios do ponto de vista da descentralização do processo de desenvolvimento económico e na estabilidade social.

Os agentes económicos que são o público-alvo da intervenção deste Ministério, agrupam-se em dois grupos: **explorações agrícolas familiares** (EAF) que são explorações predominantemente voltadas para a produção agrícola de subsistência que têm vindo progressivamente a gerar excedentes que são comercializados nos mercados locais, e as **explorações agrícolas empresariais** (EAE) que se caracterizam por estarem totalmente voltadas para o mercado e em que a produção se destina essencialmente à comercialização; as EAE caracterizam-se pela realização de investimentos no sector que aparecem um pouco por todo o país de forma consistente.

As explorações agrícolas do tipo empresarial (EAE) produzem com vista ao mercado e à maximização dos recursos disponíveis. Assentam em

sistemas de produção pouco diversificados, frequentemente mecanizados, e apresentam produtividades médias mais elevadas comparativamente às Explorações Agrícolas Familiares (EAF), que constituem a grande maioria das explorações agrícolas em Angola..

As EAF possuem sistemas de produção orientados para a auto-suficiência e que, vão progressivamente gerando excedentes que são escoados para os mercados informais das áreas rurais e posteriormente dos principais centros urbanos. Os sistemas de produção das EAF são complexos, pautados em práticas manuais de manejo de solo, usam predominantemente sementes locais e, embora apresentem baixa produtividade, são responsáveis por uma grande diversidade de produtos. As EAF geralmente têm pequena dimensão e baseiam-se na utilização de métodos de cultura itinerante. Ou seja, nas estações de chuva, exploram-se áreas situadas no sopé das montanhas e na estação de seca, as margens dos rios.

Diante dessa realidade e tendo em vista a necessidade que urge quanto ao aumento da produção e produtividade da terra, bem como a modernização e desenvolvimento de todo o sector agro-pecuário e florestal, o Sector tem implementado uma série de programas de apoio à produção, escoamento e comercialização.

Esse empenho do Executivo na promoção do sector privado agrário tem sido um factor determinante na superação das deficiências actualmente existentes. A promoção de políticas públicas, a operacionalização de instrumentos e a articulação de acções com vista à criação de um ambiente jurídico-legal e económico favorável para a prossecução dos objectivos definidos para o sector, constituem também parte importante da sua acção.

Considera-se que a consolidação do actual enquadramento político-estratégico permitirá progressos significativos no entorno económico e no aproveitamento das grandes potencialidades do país.

2.2. Nível de Actividade no domínio da Produção Agrícola, Pecuária e Florestal

Avaliação da Campanha Agrícola 2010/2011

A actividade produtiva do sector agrário realiza-se através de campanhas agrícolas, implementadas por explorações agrícolas familiares e explorações agrícolas empresariais. As primeiras detêm a grande maioria da produção nacional, principalmente em regime de sequeiro, enquanto as explorações agrícolas empresariais realizam o processo de produção com predominância para o regadio com culturas de rendimento.

Estima-se que durante a Campanha Agrícola 2010/2011 estiveram envolvidas 2.058.346 Explorações Agrícolas Familiares e 8.360 Explorações Agrícolas Empresariais, que trabalharam 5.244,311 hectares

de terra distribuídos por culturas alimentares, que constituem a base da alimentação da população angolana.

Comparativamente à Campanha anterior verifica-se um crescimento de aproximadamente 6% das áreas cultivadas (explorações agrícolas familiar e explorações agrícolas empresariais), correspondente a um aumento de 293,373 hectares.

Tabela nº 3- Comparação das Áreas cultivadas Durante as Campanhas Agrícolas 2008/09 à 2010/11

CULTURAS	Campanha 2008/09	Campanha Agrícola 2009/2010			Campanha Agrícola 2010/2011		
	Área cultivada (ha)	Área cultivada (ha)	Diferença (ha)	Taxa de Crescimento (%)	Área cultivada (ha)	Diferença (ha)	Taxa de Crescimento (%)
Cereais	1.941.897	1.973.004	31.107	2	2.142.143	169.139	8,57
Leguminosas/Oleaginosa	1.019.334	1.035.355	16.021	2	1.126.622	91.267	8,82
Raízes e Tubérculos	1.258.528	1.321.417	62.889	5	1.342.804	21.387	1,62
Hortícolas	391.874	400.365	8.491	2	406.857	6.492	1,62
Frutas	168.566	173.006	4.440	3	176.446	3.440	1,99
Café e Palmar		47.791			49.439	1.648	3,45
TOTAL	4.780.199	4.950.938	170.739	3	5.244.311	293.373	5,93

No que se refere ao Comportamento da Produção Agrícola nacional verifica-se no cômputo geral um crescimento de 18,48% comparativamente a produção estimada durante a campanha anterior.

Tabela nº 4- Avaliação comparativa da Produção agrícola das campanhas 2008/2009 à 2010/2011

CULTURAS	Campanha 2008/09	Campanha Agrícola 2009/2010			Campanha Agrícola 2010/2011		
	Produção Observada (TON)	Produção Observada (TON)	Diferença (TON)	Taxa de Crescimento (%)	Produção Observada (TON)	Diferença (TON)	Taxa de Crescimento (%)
Cereais	1,052,843	1,177,948	125,105	12	1,408,826	230,878	19.60
Leguminosas/Oleaginosa	364,078	371,368	7,290	2	472,380	101,012	27.20
Raízes e Tubérculos	14,633,434	15,686,523	1,053,089	7	16,219,865	533,342	3.40
Hortícolas	4,614,910	4,729,267	114,357	2	5,188,006	458,739	9.70
Frutas	2,668,279	2,757,521	89,242	3	3,388,993	631,472	22.90
Café	7,530	8,400	870	12	10,758	2,358	28.07
TOTAL	23,341,074	24,731,027	1,389,953	6	26,688,828	1,957,801	18.48

Terão contribuído para o efeito, o aumento de 6% das áreas cultivadas e uma maior abrangência do Crédito Agrícola de Campanha, concedido à 24.013 camponeses individuais ou grupos solidários de 68 Municípios de 17 Províncias do País.

2.1.1- Produção de Cereais

A produção de cereais atingiu um crescimento na ordem dos 19,6% comparativamente a campanha agrícola 2009/2010, enquanto no período homólogo anterior cresceu apenas 12%, o que evidencia o empenho dos produtores no desenvolvimento desta fileira produtiva

Estes resultados derivam do aumento da produção de massango e massambala que cresceram 50% e 32% respectivamente. O crescimento acentuado destas culturas deve-se aos melhores resultados obtidos em detrimento das elevadas perdas verificadas na Campanha Agrícola anterior, devido aos excessos de chuvas ocorridos no sul de Angola, sua principal zona de produção.

Segue-se a cultura do arroz que cresceu 31% entre as culturas de cereais, devido ao relançamento da cultura efectuado nas zonas mais favoráveis de produção, com uma participação mais activa das Explorações Agrícolas familiares.

Entre os cereais a produção de milho é a que menos tem crescido, ao longo dos últimos dois anos (17%). No entanto a produção cresceu mais que no ano passado, e verificou-se igualmente um crescimento de 9,8% da área cultivada.

O trigo continua a ser a cultura sem registos de produção nacional, ou seja, todo o trigo consumido no país ainda é importado.

2.1.2-Produção de Leguminosas/Oleaginosas

Entre as culturas alimentares as leguminosas e oleaginosas, respectivamente, feijão, soja e amendoim são as que mais cresceram (27,2%), sobretudo o feijão cujo preço no mercado nacional constitui um aliciente para o incremento da sua produção.

2.1.3-Raízes e Tubérculos

A produção de raízes e tubérculos, nomeadamente, a mandioca, batata-doce e batata rena, tem manifestado um comportamento positivo, apesar de crescer mais em alguns anos que em outros.

Considerando que a mandioca e a batata-doce são culturas que vegetam bem em solos pobres, nas regiões centro e sul do país (onde se verifica a predominância das culturas do milho, massango e massambala, respectivamente) passou a verificar-se o crescimento da produção de raízes em complementaridade a produção de cereais, que flutua bastante devido a elevada exigência do milho em níveis adequados de fertilização e regularidade de chuvas.

Ao longo dos últimos anos, verifica-se uma diminuição no crescimento da produção de raízes e tubérculos e, presume-se que este comportamento deve-se a existência de um equilíbrio entre a oferta e a procura da mandioca e batata-doce, cuja produção interna satisfaz as necessidades de consumo nacional.

2.1.4-Hortícolas e Frutas

Neste capítulo, é efectuada a análise agregada das culturas hortícolas, com destaque para a cebola, tomate, couve, repolho, alho, cenoura, pimento, beringela e frutas onde se realça a produção de citrinos, abacaxi, banana, manga, abacate, entre outras.

A sua produção tem observado crescimentos significativos por se verificar um incremento da procura que começa a ser satisfeita pela produção interna, que vai se adequando paulatinamente às exigências do mercado.

O facto de serem produtos altamente perecíveis, a sua produção está em grande medida condicionada a insuficiência de entrepostos frigoríficos, ou outras unidades vocacionadas para a sua conservação ou transformação.

Para fazer face à situação está em curso a construção de 8 entrepostos frigoríficos localizados junto aos principais perímetros irrigados do país e foi aprovada pelo Executivo a construção de outros entrepostos na periferia dos principais centros urbanos onde se localizam cinturadas verdes. A industrialização das culturas poderá contribuir significativamente para o incremento dos rendimentos das explorações agrícolas. Neste contexto, estão em fase de conclusão uma fábrica de processamento de tomate e outra para o processamento de banana em Caxito-Bengo.

2.1.5- Produção de Café

A produção de café foi de 10.758 ton. com maior contribuição das explorações agrícolas familiares. Comparativamente a campanha anterior verificou-se um aumento de 28%. Esta cifra está aquém da projecção prevista para a campanha 2010/2011 que é de 19.670 ton.

2.1.6-Produção Pecuária

O quadro que se segue apresenta indicadores da produção de carnes controlada (em salas de abate, matadouros, etc) pelo Instituto dos Serviços de Veterinária – ISV, cifra que se considera inferior à real, em virtude abrangência territorial dos referidos serviços estar condicionada aos limitados recursos humanos e de apoio.

Nesta fileira destaca-se a produção de frangos que foi a que mais cresceu (34,49), o que indicia a absorção de uma parte significativa da produção de cereais na produção de ração.

Tabela nº 5- Evolução da Produção de carnes

Espécie	2009	2010			2011		
	Produção Observada (TON)	Produção Controlada (TON)	Diferença (TON)	Taxa de Crescimento (%)	Produção Controlada (TON)	Diferença (TON)	Taxa de Crescimento (%)
Bovina	6,317	8,402	2,085	33	10,005	1,603	19.08
Caprinos e Ovinos	337	397	397	118	458	61	15.31
Aves	7,959	10,156	2,197	28	13,659	3,503	34.49
suínos	673	801	128	19	863	62	7.73
TOTAL	15,286	19,756	4,470	39	24,985	5,229	19.15

2.1.7-Produção Florestal

A produção de produtos florestais estimada para a 1ª época da campanha Agrícola 2010/2011, quando comparada à produção do mesmo período da campanha anterior, regista uma diminuição significativa, devido fundamentalmente ao baixo número de licenças emitidas, ao excesso de chuvas nas principais zonas de produção e, devido a redução do consumo de lenha e carvão nas zonas urbanas e peri-urbanas.

Tabela nº 6- Produção de Produtos Florestais durante a 1ª época das campanhas 2009/10 e 2010/11

Produção Florestal	Campanha Agrícola		Variação	Taxa de Crescimento
	2009/2010	2010/2011		
Madeira em toro (M3)	90,476	77,181	-13,295	-14.7
Carvão Vegetal	33,000	15,829	-17,171	-52.0
Lenha (Esteres St)	20,400	5,174	-15,226	-74.6
Produção de Plantas	250,000			
Exportação de Madeira	11,703			

2.1.8- Preços ao Produtor e Valor da Produção Agro-Pecuária

A determinação do valor da produção permite a disponibilidade de informações estatísticas capazes de inferir a contribuição da produção agro-pecuária e florestal no PIB nacional.

2.1.8.1- Preços ao Produtor

Tabela nº 7- Comparativo de Preços ao Produtor de Referência Nacional

Produtos	Preços de Referência Nacional ao Produtor, dos Produtos Alimentares Agro-Pecuários e Florestal		
	2009/2010	2010/2011	Variação (%)
Milho (Kz/Kg)	40,50	37,42	-7,60
Massango (Kz/Kg)	28,93	27,30	-5,60
Massambala	28,93	30,31	4,77

(Kz/Kg)			
Arroz (Kz/Kg)	39,10	41,50	6,14
Mandioca (Kz/Kg)	30,50	28,96	-5,05
Batata Rena (Kz/Kg)	44,64	43,00	-3,67
Batata Doce(Kz/Kg)	26,50	25,85	-2,45
Feijão (Kz/Kg)	133,65	147,48	10,35
Amendoim (Kz/Kg)	95,55	92,57	-3,12
Frutas (Kz/Kg)	37,40	36,87	-1,47
Hortícolas (Kz/Kg)	37,76	37,75	-0,03
Carne de Vaca (Kz/Kg)	650,00	670,00	3,08
Carne de Cabrito (Kz/Kg)	402,00	775,00	-3,23
Carne Suína (Kz/Kg)	530,00	520,00	-1,89
Carne de Aves (Kz/Kg)	750,00	1.250,00	66,67
Madeira em Toro(Kz/m ³)	19.000,00	18.964,00	0,19
Lenha (Kz/Kg)	6.000,00		

2.1.8.2-Valor da Produção

Tabela nº 8 Análise Comparativa do Valor da Produção Nacional das últimas Campanhas Agrícolas

Produtos	Valor da Produção Nacional dos Principais Produtos de Origem Agro-Pecuária "Kz."		
	2009/2010	2010/2011	Variação (%)
NACIONAL	874.672.258.456,92	937.509.461.965,25	7,2
Cereais	46.669.626.100,00	51.751.332.930,00	10,9
Milho	43.445.970.000,00	47.232.347.240,00	8,9
Massango	1.178.087.460,00	1.671.469.800,00	41,9
Massambala	1.353.576.840,00	1.884.342.390,00	39,2
Arroz	691.991.800,00	963.173.500,00	39,2
Raízes e Tubérculos	486.388.384.560,00	478.288.195.040,00	-1,7
Mandioca	422.689.770.500,00	415.098.420.640,00	-1,8
Batata Rena	37.554.694.560,00	36.173.836.000,00	-3,7
Batata Doce	26.143.919.500,00	27.015.938.400,00	3,3
Leguminosos	45.027.392.250,00	60.452.085.200,00	34,3

Feijão	33.414.772.050,00	44.763.277.080,00	34,0
Amendoim	11.003.920.200,00	14.914.508.120,00	35,5
Soja	608.700.000,00	774.300.000,00	27,2
Frutas	103.134.076.700,00	124.964.751.960,00	21,2
Hortícolas	178.565.900.640,00	196.020.593.640,00	9,8
Produção de Carnes	13.810.547.206,92	24.568.842.711,25	77,9
Carne de Vaca	5.461.297.230,71	6.703.611.634,27	22,7
Carne de Cabrito	274.322.187,18	301.465.823,17	9,9
Carne Suína	424.524.597,19	448.708.000,00	5,7
Carne de Aves	7.617.000.000,00	17.073.216.085,09	124,1
Produtos Florestais	1.076.331.000,00	1.463.660.484	36,0
Madeira em Toro (m3..Kz/m3)	1.076.331.000,00	1.463.660.484	36,0

2.3. Nível de Actividade no Domínio do Desenvolvimento Rural

No domínio do desenvolvimento rural têm sido desenvolvidas acções através de vários projectos que proporcionam melhorias progressivas nas condições de vida das famílias e das comunidades rurais em geral, visando combate sustentado da fome e da pobreza.

Estas actividades incidiram no melhoramento das condições de habitabilidade básica quer pela implantação e melhoria dos serviços de saúde, educação, o abastecimento de água potável, o fornecimento de energia, educação cívica e cidadania, bem como à reabilitação de infra-estruturas básicas comunitárias.

Foi dada particular ênfase a construção de aldeias rurais, as quais beneficiarão mais de 1.200 famílias, nas províncias de Luanda e Kuanza Norte, como se indica:

- **Aldeia rural integrada do Ludi**, com 421 casas T3, 2 postos de saúde, 4 escolas, 2 centros infantis, 2 jangos rurais, 2 centros de convivência, 2 Centrais Eléctricas, 4 furos e centrais de tratamento de água, 2 campos de futebol, está executado 30% projecto. Este projecto prevê beneficiar 421 famílias de forma directa.
- **Aldeia rural de Caxicane**, com 600 casas T3, 1 centro médico, 1 centro infantil, 1 Jango multiuso, suprimento de energia eléctrica, 1 centro de serviços rurais, sistema de captação, tratamento e distribuição de água, 1 pavilhão para formação profissional, 1 campo de futebol, um mercado rural, e um aviário cuja primeira fase está concluída, e foi já objecto de cerimónia publica de inauguração no município de Icolo e Bengo.

- **Aldeia rural integrada de Canaúlo**, onde se prevêem construir 256 casas T3, 1 Centro Médico, 1 escola de alfabetização, 1 escola de formação profissional, 1 centro infantil, 1 centro cultural, lavadouro público, 1 mercado rural, arruamentos e espaços públicos, 2 tanques de água de 30ML e chafarizes, 1 campo de futebol.

3. EVOLUÇÃO RECENTE

3.1. POLITICAS E MEDIDAS ADOPTADAS

O Programa de Governo para o período 2008-2012, estabelecia um conjunto de metas cujo objectivo geral visava promover o desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais e fomentar o desenvolvimento integrado e sustentável do agro-negócio contribuindo para a melhoria dos padrões de vida da população rural, para a segurança alimentar e para a diversificação da base económica do País, com maior geração de empregos e renda.

As metas então definidas preconizavam o alcance dos seguintes indicadores no sector agrário:

- a) Aumentar em cerca de 4 milhões de hectares as áreas de cultivo, para produzir mais de 15 milhões de toneladas de cereais;
- b) Atingir a auto-suficiência alimentar no domínio das leguminosas (feijão, amendoim e soja), com a produção de 1,8 milhões de toneladas e criando excedentes em cerca de 800 mil toneladas;
- c) Atingir a auto-suficiência alimentar no domínio das raízes e tubérculos (mandioca, batata rena e batata doce) com a produção de cerca de 4,5 milhões de toneladas/ano;
- d) Cobrir em cerca de 70% as necessidades domésticas em frango e em cerca de 50% as necessidades em carne bovina, caprina e ovina;
- e) Reduzir em cerca de 20% a importação de leite e expandir o seu consumo com recurso a produção interna, para um maior número de pessoas;
- f) Cobrir em cerca de 60% as necessidades domésticas em açúcar;
- g) Produzir cerca de 400 mil metros cúbicos de madeira. As necessidades actuais situam-se em cerca de 200-250 mil metros cúbicos/ano.

Durante este período, o Governo promoveu várias iniciativas estruturantes e de fomento no sector agrário que promoveram um acentuado aumento da produção agrícola, a oferta de alimentos, a geração de empregos e de renda.

Neste contexto foram implementados os seguintes Programas:

- a. Programa de crédito agrícola de campanha e de investimentos, para estímulo a produção agrícola familiar;
- b. Programa de promoção de agricultura comercial através da implementação de Fazendas de larga escala, num modelo de

- parcerias público-privadas, com inserção em todas as províncias do país;
- c. Reabilitação dos perímetros irrigados para garantir uma maior sustentabilidade a produção agrícola e obter produtividades mais elevadas;
 - d. Promoção de uma rede de armazenamento da produção de cereais para garantir a sua conservação, visando o processamento industrial, a criação de circuitos de comercialização e o estabelecimento de uma reserva alimentar estratégica;
 - e. Fortalecimento institucional dos institutos ligados a investigação agrária e desenvolvimento tecnológico;
 - f. Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, para reforço da capacidade dos serviços de extensão e a vulgarização no uso de novas tecnologias e práticas de correcção do solo;
 - g. Programa de produção de sementes, visando garantir sementes melhoradas para a obtenção de aumentos de produtividade;
 - h. Programa de Desenvolvimento Rural, visando a melhoria das condições sociais das famílias nas aldeias onde se realizaram experiências-piloto, com impactos significativos na organização da produção e das condições de vida destas comunidades, com particular ênfase para a construção de aldeias rurais;

3.2 SITUAÇÃO INSTITUCIONAL E DOS PROGRAMAS

Entre 2010 e 2012, vigorou um departamento ministerial que integrou as pastas da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Este Departamento ministerial estrutura dispunha das seguintes estruturas:

1. Órgãos consultivos;
2. Serviços executivos centrais;
3. Serviços de apoio técnico;
4. Serviços de apoio instrumental;
5. Órgãos tutelados

Com estas estruturas o MINADERP era responsável pelo cumprimento das suas atribuições.

3.2.1 Investigação Agrária

Durante o período, os esforços no âmbito da investigação incidiram sobretudo na realização de um diagnóstico e na preparação de uma proposta para a reorganização do sistema de investigação agrária, visando um aumento contínuo e sustentado da produção e produtividade, na geração de renda para os produtores agro-pecuários e florestais, num

horizonte de médio a longo prazos. Esta acção contou com o apoio da EMBRAPA em estreita coordenação com FAO

A proposta elaborada e submetida a apreciação do Governo, centrava-se na estruturação de uma entidade integradora das acções de investigação agrária, mas igualmente descentralizada em unidades operativas, especializadas por produtos, temas e biomas, visando a implantação dos seguintes centros⁵:

- Centro Nacional de Investigação de Milho e Feijão;
- Centro Nacional de Investigação de Mandioca, Batata Doce e Amendoim;
- Centro Nacional de Investigação de Bovinos de Leite;
- Centro Nacional de Investigação de Caprinos e Ovinos.

Para dar suporte as acções de capacitação e transferência de tecnologias, foi negociado um contrato de parceria com a EMBRAPA, com a finalidade desta prestar a devida assistência para a implementação do programa de reestruturação do sistema de investigação agrária nacional:

Tendo em conta o estado das infra-estruturas físicas de suporte a investigação o Executivo aprovou um Projecto de reabilitação das estações experimentais e zootécnicas e a edificação de novas em algumas províncias, que virão dar suporte ao programa que vimos referindo.

3.2.2 Extensão e Desenvolvimento Rural

O IDA desempenha a sua actividade apoiando a agricultura familiar em todas as Províncias de Angola, incentivando a sua produção e consequentemente a melhoria das condições socioeconómicas dessas famílias.

Está presente em 128 municípios com 131 EDA's.

Tabela nº 9 - EDAs, municípios e aldeias de intervenção

Províncias	EDA'S	Municípios	Aldeias
Cabinda	4	4	218
Zaire	6	6	429
Uíge	10	10	1.027
Malanje	13	11	1.505
Kwanza Norte	9	9	535
Bengo	9	9	201
Luanda	2	2	59
Kwanza Sul	11	11	642
Benguela	8	8	556

⁵ Documentos do Projecto de Reestruturação da Investigação Agrária em Angola, MINADER, 2009

Huambo	11	11	2.969
Bié	9	9	574
Huíla	14	13	380
Namibe	2	2	130
Cunene	1	1	12
Lunda Norte	5	5	462
Lunda Sul	4	4	0
Moxico	7	7	1.226
Kuando Kubango	6	6	381
NACIONAL	131	128	11.306

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Agrário

Essa assistência consiste na introdução de inovações tecnológicas, na motivação dos camponeses e na divulgação de boas práticas agrícolas. Progressivamente o IDA tem passado de uma função de distribuição de insumos e equipamentos (função essa vital num período pós-guerra) para uma função de capacitação e apoio às famílias rurais.

O IDA depara-se no entanto com insuficiência de técnicos tendo em conta o extenso território nacional e as inúmeras solicitações.

Fazem parte do actual quadro de pessoal os seguintes técnico, colocados quer na estrutura central, quer ao nível das províncias e municípios:

Tabela nº 10 - Pessoal técnico existente

	Técnicos Superiores	Técnicos Médios	TOTAL
Pessoal do Quadro	69	277	346
Pessoal Contratado	35	318	353
TOTAL	104	595	699

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Agrário

Para além da escassez de recursos humanos, colocam-se igualmente constrangimentos ao nível das condições de alojamento e trabalho dos técnicos, tendo em conta a situação ainda vigente em vários municípios do país em que existe ainda uma acentuada precariedade das condições de habitação.

Foram realizadas acções que conduziram a melhoria das condições de mobilidade dos técnicos, a melhoria do seu desempenho profissional, através de acções formativas diversas, entre outras.

Torna-se contudo necessário aprovar a carreira de extensionistas e a implementação e sum sistema de subsídios de isolamento para tornar atractiva a função de extensionistas no meio rural.

O Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, surgido nos idos 2005, persegue os seguintes objectivos específicos:

- A organização da produção das comunidades rurais;
- O aumento da produção e produtividade das empresas agrícolas familiares;
- A melhoria das condições de vida das comunidades abrangidas.

As melhorias alcançadas foram notórias no âmbito da auto-suficiência alimentar e da dieta alimentar nas comunidades abrangidas, melhorias na qualidade de vida das comunidades rurais, bem como melhorias na organização das comunidades rurais e fortalecimento do movimento associativo e cooperativo; e o desenvolvimento da estrutura local do IDA, através das ED'As e o apoio prestado aos camponeses.

3.2.3. Projectos Agrícolas de Larga Escala

São Projectos que iniciaram a sua implementação com base em linhas de financiamento externo e o envolvimento de parceiros tecnológicos, assentes numa lógica de integração de acções e criação de sinergias para o desenvolvimento de uma área com potencial agro-ecológico, onde se implanta uma empresa agrícola âncora, com unidades agro-industriais e serviços básicos (mecanização agrícola, comercialização, transporte, fornecimento de insumos, para a transferência de tecnologia, formação e experimentação) relacionados com as fileiras de produção de cereais e de frangos de corte.

Estas unidades de produção de larga escala a criar, propõem-se promover o apoio a pequenas e médias explorações agrícolas e de processamento existentes localmente, assumindo-se como alavanca para o desenvolvimento regional, podendo constituir a base de um modelo de estruturação futura da economia rural, assente numa base tecnológica.

A seguir indicam-se os projectos aprovados pelo Executivo e em implementação de subdivididos de acordo com a origem do seu financiamento:

Listagem dos projectos em execução:

FINANCIADOS PELA LINHA DO BNDES DO BRASIL

- 1- Estudos para a Implantação do Pólo Agro-industrial de Capanda;
- 2- Fazenda Pungo Andongo.

FINANCIADOS PELO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA CHINA

- 3- Fazenda Pedras Negras em Malange;
- 4- Fazenda Longa no Kuando Kubango;
- 5- Projecto Agrícola do Sanza Pombo, no Uíge;
- 6- Projecto Agrícola de Camaiangala, no Moxico;
- 7- Infra-estruturas do Pólo Agro-industrial de Capanda.

FINANCIADOS PELA LUMINAR FINANCE DE ISRAEL

- 8- Fazenda Cacanda na Lunda Norte;
- 9- Fazenda Cangandala em Malange;
- 10- Projecto de Desenvolvimento Agrícola de Negage, no Uíge;
- 11- Projecto de Desenvolvimento Agrícola do N'zeto, no Zaire;
- 12- Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Luena, no Moxico;
- 13- Aldeia Nova Waco Kungo, no Kuanza Sul;

FINANCIADOS PELO EXIM BANK DA COREIA DO SUL

- 14- Projecto de Avicultura Familiar Orientada para o Mercado, nas províncias do Kuanza Norte e Malange;
- 15- Relançamento da Cultura do Algodão no Kuanza Sul

FINANCIADO PELO ING BANK

- 16- Desenvolvimento Agrícola de Quiminha, no Bengo.

FINANCIADOS PELO DEUTSCHE BANK S.A. – ESPANHA

- 17- Polo Agro-industrial de Quizenga, em Malange;
- 18- Polo Agro-industrial do Cubal, em Benguela.

3.2.4. Gestão dos Perímetros Irrigados

A gestão dos perímetros irrigados (PI), após a sua construção, reabilitação e modernização é confiada à SOPIR, S.A., a qual para sua materialização tem constituído sociedades privadas de capitais mistos onde representa a participação do Estado, detendo, no mínimo, 30% do respectivo capital social. O capital restante é distribuído pelos demais investidores.

Foram já criadas quatro sociedades Gestoras: a SODEMAT, S.A. para o perímetro irrigado da Matala, a SOGANJELAS para o perímetro irrigado da Chibia e a Caxito Rega, S.A. para o perímetro irrigado do Caxito e a Luena Rega, S.A. para o perímetro irrigado do Luena.

A SOPIR, S.A. tem sob a sua gestão e supervisão 6 perímetros de rega, nomeadamente PI Matala, PI Caxito, PI Ganjelas, PI Luena, PI Missombo e PI Waco Kungo. As obras de reabilitação dos Perímetros irrigados, à excepção das do Missombo, foram consideradas concluídas com a assinatura dos actos formais da entrega definitiva das mesmas ao MINADER.

Os perímetros irrigados do Missombo e Waco-Kungo têm a sua gestão e administração assegurados por Núcleos Instaladores, constituídos para o efeito. Estas são estruturas "ad-hoc" da SOPIR, S.A., com duração efémera e directamente dependentes do Administrador para Área Técnica, que acompanham as fases de conclusão e experimental das obras de reabilitação dos empreendimentos, preparando as condições para a instalação das futuras Sociedades Gestoras.

As quatro Sociedades Gestoras têm desenvolvido um amplo programa de fomento da produção agrícola, que envolve não só aspectos técnicos e produtivos, mas também de organização, formação e capacitação contínuo de agricultores. Tem também feito investimentos na área de conservação, beneficiação e processamento de produtos agrícolas, dando início ao processo de criação de pólos de desenvolvimento agro-industrial nos perímetros irrigados.

O perímetro irrigado da Matala conta actualmente com uma área efectivamente cultivada de cerca de 2.000 hectares. Na campanha agrícola de 2011/12 a planificação previa a preparação e o cultivo de 1.911 hectares de terra agrícola, com a seguinte ocupação cultural: 1001 hectares de milho, 151 hectares de feijão, 201 hectares de batata rena, 542.5 hectares de culturas hortícolas diversas e 15 hectares de fruteiras, com as projecções de produção que se seguem: 2.502 toneladas de milho, 92 toneladas de feijão, 3.618 toneladas de rena e 6.110 toneladas de produtos hortícolas diversas, num total de 12.322 toneladas de produtos agrícolas.

Já no caso do perímetro irrigado do Caxito existe uma área efectivamente cultivada de cerca de 1.600 hectares. Foram implantados, desde 2009 a 2012, 924 hectares de fruteiras, distribuídos da seguinte forma: 600 hectares de bananal, 149 hectares de Laranjeiras, 55 hectares de limoeiros e 120 hectares de mangueiras. Na campanha agrícola de 2011 foram cultivados 621 hectares de culturas hortícolas diversas. As produções decorrentes destas actividades foram de 54.000 toneladas de banana e 12.426 toneladas de produtos hortícolas diversas.

No perímetro irrigado das Gangelas estão em cultivo 358 hectares. Na campanha agrícola de 2010/11 foram cultivados 173 hectares, com a seguinte ocupação cultural: 87 hectares de milho, 38 hectares de feijão, 22 hectares de batata rena, 10 hectares de culturas hortícolas diversas e 16 hectares de fruteiras diversas. As produções resultantes foram as seguintes: 11 toneladas de milho, 39 toneladas de batata rena e 66 toneladas de produtos hortícolas diversas, num total de 116 toneladas de produtos agrícolas.

Quanto ao perímetro irrigado do Luena foram desmatados 215 hectares, que estão a ser objecto de instalação de equipamento de rega e da plantação de 8.775 mudas de fruteiras, designadamente 1.700 mudas de limoeiros, 1.000 mudas de laranjeiras, 700 mudas de abacateiros, 1.375 mudas de Goiabeiras e 4.000 mudas de ananaseiros.

Á par das acções referidas as Sociedades Gestoras dos perímetros irrigados têm igualmente vindo a desenvolver acções ligadas não apenas a operação, mas também a manutenção e conservação das infra-estruturas hidráulicas existentes em cada um dos perímetros, para além de cuidarem da sua gestão e da gestão dos empreendimentos agro-indústrias construídos e postos a funcionar, que serão citados noutra parte deste documento.

3.2.5. Florestas e repovoamento florestal

Angola possui uma extensão de 53 milhões de hectares de florestas que inclui, entre outras, a floresta densa húmida de Cabinda, Zaire, Bengo e Kwanza-Norte, muito rica em biodiversidade, as manchas de floresta de montanha situadas no Huambo, Benguela, Kuanza Sul e Huila, formações de floresta aberta ou miombo, mosaicos de

floresta seca e savanas de média produtividade e alto valor social em termos de combustível lenhoso, materiais de construção, pastos, alimentos e plantas medicinais.

As plantações florestais existentes, avaliadas em cerca de 148 mil hectares, são compostas principalmente por espécies exóticas de crescimento rápido, nomeadamente *Eucalptos sp*, *Pinus sp.* e *Cupressus sp.*

Actualmente, a média anual de produção de madeira em toro ronda os 62.000 m³ contra uma necessidade de 500.000 m³, e tem Cabinda, Uige, Bengo, Kwanza Norte e Huambo/Benguela (madeiras leves) como principais núcleos. Nos índices actuais de produção, o País mantém um défice enorme de 438.000 m³ de madeira em toro.

Foram reabilitados e instalados viveiros florestais convencionais a base de naves, no Namibe, Tômbwa, Xangongo (Cunene), Kuanza Sul, Luanda, Benguela com uma capacidade de produção anual estimada em 50.000 mudas cada, que apoiaram o estabelecimento de vários polígonos florestais e cinturões verdes nas províncias do litoral e algumas do interior, em áreas consideradas críticas do ponto de vista da fragilidade dos seus ecossistemas.

Tabela nº11: **Quadro evolutivo de plantações florestais e produção de mudas nos últimos 8 anos.**

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Plantações de protecção (Ha)		510 ⁶		12 ⁷	1.350	41,5	1.240	1.405
Produção de plantas florestais, frutícolas e ornamentais (Un.)	429.308	421.694	254.874		247.389	261.335	1.550.250	1.758.165

3.2.6. Infra-estruturas industriais e agro-indústrias

O potencial agrícola do país em franca exploração, constitui a base de matérias primas para o desenvolvimento agro-industrial do país. Neste contexto foram iniciados projectos que conduziram a edificação de várias infra-estruturas de carácter industrial e de processamento de produtos agro-pecuários que citamos:

A actividade agro-industrial no perímetro irrigado da Matala caracteriza-se pela existência das seguintes infra-estruturas:

- **Unidade de Silos para Conservação de Cereais**, com capacidade para armazenar e conservar 12.000 toneladas de Cereais.
- **Fábrica de Concentrado de Tomate**, com capacidade para processar 6 toneladas/hora de matéria-prima, de que resultarão 1,305 toneladas/hora de produto acabado.

⁶ Tômbwa

⁷ Namibe, Cortina quebra-ventos

- **Entrepasto Frigorífico** com capacidade para conservar 1.800 toneladas de produtos hortícolas.
- **Câmaras de Frio**, com capacidade de conservar 500 toneladas de produtos hortícolas.

No perímetro de Caxito, foi edificada a seguinte unidade fabril:

- **Unidade Fabril** com duas linhas, sendo: uma linha de desidratação de banana com capacidade para processar 0.7 ton./hora, e outra para a produção de polpa de tomate com capacidade para processar 5 ton./hora, dotada de uma linha de enchimento de embalagens comerciais de massa tomate.

Entrepastos Frigoríficos: estão em construção oito entrepostos frigoríficos nas localidades de Caxito, Catumbela, Dondo, Cabinda, Cunene, Namibe, Chibia e Luena, compostos por: 2 câmaras de conservação e 1 de congelação, com capacidade de 780 m³ cada; uma linha de selecção, tratamento e classificação de frutos e verduras e equipamentos de estiva para a manipulação dos produtos. As unidades incluem ainda 2 camiões frigoríficos de 5 ton. cada um.

Unidades de silos: em construção de nas localidades de Catete e Ganda, com capacidade de 8.000 ton. cada um e em Caconda, Caála, Quizenga e Sanza Pombo, com capacidade de 4.000 ton., cada um e armazenamento de milho e arroz, respectivamente.

Matadouros industriais e modulares: em construção dois matadouros indústrias sendo um em Porto Amboim (Kuanza Sul) e Camabatela (Kuanza Norte); em construção 2 matadouros modulares sendo um em Luanda e outro em Malange, para o abate de gado bovino e pequenos ruminantes. Construção de um matadouro industrial para aves no Lucala.

Fábricas de ração para aves: no âmbito dos empreendimentos avícolas em Cacanda, Waco Kungo, nos projectos do Negage, Nzeto, Luena, no Lucala e na Fazenda Pungo Andongo

Moageiras para processamento de cereais: nas Fazendas Pedras Negras, Pungo Andongo, Longa, Sanza Pombo, Camaiangala, Camacupa, Quizenga e Cubal.

Fábrica de produção de açúcar: em construção no âmbito do Projecto BIOCOM, visando a produção de açúcar e etanol, bem como a co-geração de electricidade.

4. DIAGNÓSTICO SECTORIAL

4.1 FRAQUEZAS CRÍTICAS

Apesar dos esforços em curso para o aumento da produção agro-pecuária do país e conseqüentemente da melhoria da segurança alimentar, o país enfrenta ainda uma série de constrangimentos resultantes das

repercussões de décadas de instabilidade político-militar, de factores naturais (irregularidades climáticas, pobreza dos solos)⁸, da degradação das infra-estruturas, da fragilidade do sistema de investigação agrária, dentre outros, que a seguir se descrevem:

Constrangimentos estruturais ao desenvolvimento. Muitas das principais restrições ao desenvolvimento rural e à segurança alimentar em Angola resultam do impacto físico, político e humanitário de décadas de guerra civil e conflito. As consequências são tremendas e afectaram todos os aspectos da vida económica e social, resultando em pobreza em larga escala, disseminação de minas terrestres, isolamento de vastas áreas do país, fraca governação e aplicação inadequada de recursos, entre outros.

Destruição de infra-estruturas e capacidade produtiva. As infra-estruturas económicas e sociais, tais como estradas, energia, água e saneamento básico, educação e saúde estão a ser reabilitadas no âmbito do programa de reconstrução nacional, mas o seu impacto não é ainda extensível a todos os cidadãos nacionais, nem a todas as regiões do país.

Sobrevalorização da taxa de câmbio. O ambiente macroeconómico actual é caracterizado pela estabilidade da moeda nacional (Kwanza) com relação ao Dólar, pois o câmbio não é livremente estabelecido pelo mercado, mas controlado através de políticas do banco central. Esta circunstância favorece uma sobrevalorização da taxa de câmbio a qual poderá ser prejudicial para a competitividade da agricultura angolana em relação aos produtos importados.

Serviços de assistência técnica. Apesar das várias acções de formação realizadas quer no âmbito do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, quer no âmbito da investigação agrária e noutros programas, os serviços de extensão agrícola e a assistência técnica estão ainda num estágio embrionário não possuindo ainda os níveis técnico e profissional exigidos, o que dificulta o desenvolvimento e impede o incremento da produtividade agrícola nacional.

A população rural, apesar de ser maioritariamente jovem, carece no entanto de preparação, conhecimentos, meios e motivação suficiente para poder desenvolver uma actividade agrícola eficiente. Esta situação é agravada pelo facto de entre camponeses e criadores de gado predominar ainda uma mentalidade de agricultura de subsistência, com visão pouco comercial, pouco produtiva e pouco profissional.

Cooperativismo, existe uma grande necessidade de estruturação de um modelo operativo de cooperativismo rural. Na realidade o associativismo e cooperativismo encontram-se igualmente numa fase embrionária, carecendo da aprovação da legislação, em discussão há já vários anos, faltam conhecimentos e experiências, estruturas organizacionais bem definidas e operativas ao nível local e nacional, com base técnica e com técnicos especializados e profissionais capacitados para poder

⁸ Caracterização das Organizações de Investigação Agrária- Sambeny, Z. et Calegar, G, 2011

desenvolver estruturas eficientes do cooperativismo e do crédito agrícola.

Marketing e gestores agrícolas, denota-se uma falta de conhecimento e profissionais para o desenvolvimento e operacionalização logística e de marketing agrário, em suma para uma adequada gestão dos vários empreendimentos de larga escala em implementação. A guerra prolongada, provocou o empobrecimento geral e criou a necessidade de se praticar uma agricultura de subsistência levando ao desaparecimento da cultura empresarial local.

4.2 PRINCIPAIS POTENCIALIDADES

Os principais recursos para o desenvolvimento agrário do país são sem dúvida, a sua população, a terra e os recursos hídricos. Tanto a terra como a água são abundantes. A proporção da população que angolana, que vive no meio rural ou que dele depende é importante, constituindo-se por isso num valioso ponto de partida para a transformação rural e agrária do país.

A fracção do mercado interno abastecida por produtos importados oferece oportunidades para a substituição das importações, enquanto que a situação mundial de maior procura de alimentos e de subida dos seus preços criam expectativas para um agricultura comercial variada para a exportação.

Estas oportunidades são analisadas a seguir:

Aspectos físicos. Angola é favorecida por uma excelente base de recursos para a produção agrícola, pecuária e silvicultura. As condições climáticas variam amplamente, desde as florestas semi-equatoriais e as planícies tropicais húmidas, no Norte e no Nordeste, até às terras altas, secas e temperadas, no Planalto Central, e zonas desérticas na fronteira sul com a Namíbia. A altitude sobe do nível do mar no litoral para 200 m à 2.000 m acima do nível do mar no Planalto Central. A maior parte do país está situada entre os 1.000 m e 1.500 m. A pluviosidade varia imensamente, de 1.500-2.000mm por ano nas zonas altas do Planalto Central, a 100-1.000mm por ano, no Sul.

Os solos variam dependendo da localização e da altitude. Os solos do sudeste derivam das areias do Kalahari, e fornecem uma base pequena para a agricultura. Formações graníticas e gneisse predominam nas regiões mais altas e fornecem os solos mais importantes para a agricultura. Os solos neste grupo incluem oxisoils, que têm um baixo conteúdo orgânico e baixa fertilidade e uma alta acidez, e são frequentemente afectados pela toxicidade de alumínio, que requer o uso de calcário. Contudo, também existem vastas áreas de alfisoils e utisoils propícios para a agricultura. Solos ferralíticos e paraferalíticos, próprios para a agricultura, estão espalhados por enormes áreas tanto no Planalto Central como no nordeste do país. Os solos arenosos das planícies costeiras e alguns dos solos pré-montanhosos são de baixa fertilidade, não retêm a água e tendem para a salinidade.

Disponibilidade de água. A agricultura predominantemente é de sequeiro alimentada pela água das chuvas. Entretanto, a disponibilidade

global de água de superfície renovável do país é estimada em quase 130-140 BMC (biliões de metros cúbicos), ou km³/ano. Actualmente, a maior parte da água de superfície desagua no Atlântico, que recebe 41% dos fluxos anuais, e a localização dos recursos hídricos não combina bem com as principais zonas onde ela é necessária para a agricultura, pecuária e uso doméstico. Todavia, o declínio brusco e transição rápida entre o Planalto Central e as planícies costeiras fornecem um grande número de locais potenciais para o estabelecimento de reservatórios e grandes estruturas para regular as correntes e irrigar as planícies à jusante. Igualmente, a transição paulatina do Planalto Central para as chanas e planícies baixas do leste oferece um bom potencial para pequenas estruturas de captação e pequenos tanques de armazenamento de água. Os recursos renováveis de águas subterrâneas foram estimados em 72 BMC/ano, com profundidades de lençóis de água variando de 10-30 m no Planalto Central, 5-30 m na zona costeira e mais de 200 m nas áreas semi-áridas do Sul e Sudeste onde se encontra cerca de 70% do gado do país.

Terra arável. A terra pode ser cultivada ou usada para pastagens produtivas. Da superfície total de 124 milhões de hectares (ha), 35 milhões de ha estão classificadas como potencialmente aráveis, dos quais 30 milhões de ha são terra virgem e os restantes 5 a 8 milhões são de terra que foi previamente limpa e cultivada. Desta última área, estima-se que apenas cerca de 3 milhões de hectares estão actualmente a ser cultivados. Os solos são férteis na região Norte e no Planalto Central, onde a pluviosidade anual excede normalmente 1.000 mm. Mais de 40% da superfície do solo de Angola está coberta com alguma forma de vegetação lenhosa (cerca de 50 milhões de ha), mas apenas 18,5% dessa superfície (perto de 23 milhões de ha) é classificada como floresta natural. Vastos depósitos de agro-minerais, incluindo fosfatos, encontram-se disponíveis, podendo ser utilizados na correcção da fertilidade dos solos.

Potencial do mercado interno. Com uma grande parte do abastecimento alimentar proveniente de produtos importados, existe um potencial considerável para expansão da produção para substituir as importações. Este potencial é particularmente forte para o milho, a carne de frango e as hortícolas, tendo todos eles sido tradicionalmente produtos com uma produção significativa em Angola. Embora não seja claro se o País ainda mantém a vantagem competitiva que detinha há 30-40 anos nas culturas de exportação como café, algodão ou cana-de-açúcar, a abertura da economia, a integração da comunidade da SADC e a expansão das ligações de transportes com a Europa, oferecem um potencial para o desenvolvimento de novos produtos para exportação, onde se pode destacar igualmente a produção de produtos geradores de biocombustíveis (etanol e biodiesel).

Disponibilidade de recursos financeiros. o Executivo tem criado um conjunto de produtos financeiros visando facilitar o acesso dos empreendedores a financiamentos em condições favoráveis para a concessão de créditos de campanha e de investimento através de programas geridos pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e outros bancos operadores privados.

Conjuntura internacional. As características do mercado global, favorecem produtos associados a altas tecnologias, altas produtividades, rápida liberalização e poderosas estratégias de marketing de multinacionais, que não priorizam produtos sem estas características designadamente produtos com taxas de exportações baixas.

Geração de Emprego: Os dados supracitados caracterizam o quadro de recuperação, do sector agrário, que representa importante fonte de emprego a nível nacional, onde entre 60% e 70% da população tem a actividade agrícola como a sua actividade principal. No sector agrário o emprego exige menores qualificações e seu custo é relativamente mais barato que o emprego industrial. À medida que o ambiente social, político e económico se torna mais favorável, e que as infra-estruturas de apoio à produção se tornam operacionais, estima-se uma retoma crescente da actividade agrícola e da geração de empregos.

5. POLITICA ACTUAL DO SECTOR AGRÁRIO

O desenvolvimento da agricultura e da pecuária contribui decisivamente para a geração de emprego e renda e para a estabilização das populações no meio rural, para o combate a fome e para o crescimento económico de todo o país. Neste contexto e em coerência com as políticas, directrizes e estratégias do MINAGRI, são definidas a missão e visão deste Sector, bem como os objectivos geral, e estratégicos deste PMPSA:

5.1 MISSÃO

A principal missão do MINAGRI é a de propor a formulação, conduzir, executar e controlar a política nacional nos domínios da agricultura, pecuária, florestas e do desenvolvimento rural, com vista ao alcance da segurança alimentar e ao desenvolvimento de uma agricultura comercial sustentável.

5.2 VISÃO

Para o cumprimento da sua missão o MINADERP, tendo em conta que o Executivo tem definido a agricultura como a base do desenvolvimento social e económico do país, tem a seguinte visão:

- Ser uma organização capacitada do ponto de vista técnico e científico para a promoção do desenvolvimento sustentável do sector agrário e rural;
- Contribuir para a redução da pobreza no meio rural e para a transformação de Angola, num país exportador de alimentos;
- Contribuir para a dinamização da agro-indústria e ser um factor da diversificação da actividade produtiva e económica do país.

5.3 OBJECTIVO GERAL

Promover a transformação sustentável da agricultura de subsistência para uma agricultura comercial orientada para o mercado, visando alcançar a segurança alimentar, o bem estar das famílias e a promoção da agro-indústria nacional.

5.4 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Para o alcance do objectivo geral preconizado para o sector agrário, estabelecem-se os seguintes objectivos estratégicos:

Objectivo Estratégico 1: promover uma alargada campanha de capacitação profissional e transferência de tecnologias para otimizar a produção e produtividade agrárias;

Objectivo Estratégico 2: implementar um processo de transformação agrária e rural assente no desenvolvimento da agricultura familiar, no cooperativismo e nas parcerias público-privadas;

Objectivo Estratégico 3: estabelecer um eficiente mecanismo de coordenação e sinergias entre os diferentes sectores e outros intervenientes no meio rural, enfatizando a participação da sociedade no processo de desenvolvimento nacional;

Objectivo Estratégico 4: apoiar o processo de industrialização do país;

Os objectivos específicos são os seguintes:

Para o **Objectivo Estratégico 1:**

- Aperfeiçoar a capacidade técnica, profissional e de gestão dos produtores rurais para o incremento da produtividade e a utilização sustentável dos recursos naturais;
- Fortalecer a capacidade técnica e motivacional dos profissionais do sector para fazer face as suas atribuições específicas em prol do desenvolvimento agrário e rural do país;
- Criar e desenvolver práticas de natureza associativa e empresarial numa óptica de orientação para o mercado e para o estabelecimento de estratégias integradas e selectivas de fileiras de produção;

Para o **Objectivo Estratégico 2:**

- Desenvolver uma agricultura eficiente e competitiva assente na produção familiar e empresarial;
- Reabilitar e construir infra-estruturas de apoio a produção agro-pecuária;
- Alcançar a auto-suficiência alimentar em alguns produtos básicos;
- Relançar algumas culturas tradicionais de rendimentos garantidos e de procura internacional reconhecida;
- Reduzir as importações e tornar o país auto-suficiente em alguns produtos;

- Aumentar as áreas irrigadas através do aproveitamento racional e sustentado dos recursos hídricos;
- Fortalecer o sistema de investigação agrária;
- Gerar empregos e rendimentos.

Para o **Objectivo Estratégico 3:**

- promover a articulação horizontal entre as estruturas do MINAGRI;
- promover a articulação horizontal entre o MINAGRI e outros sectores;
- promover a articulação entre o MINAGRI, o sector privado, cooperativo, associativo, sociedade civil e da cooperação internacional;

Para o **Objectivo Estratégico 4:**

- Promover as principais cadeias de valor da produção agrícola, pecuária e florestas;
- Fomentar a pequena e média indústria de transformação de produtos agro-pecuários e florestais;
- dotar o país de unidades de produção de fertilizantes e correctivos, pesticidas, fitofármacos e medicamentos de uso veterinário, implementos agrícolas e unidades de montagem de tractores, etc.

5.5 METAS

Neste capítulo são apresentadas as principais metas para os produtos agrícolas, pecuários e florestais - a serem alcançadas no sector agrário, até o final do quinquénio, a saber:

- a. Aumentar em cerca de 2 milhões de hectares as áreas de cultivo, para produzir mais de 5 milhões de toneladas de cereais;
- b. Atingir a auto-suficiência alimentar no domínio das leguminosas (feijão, amendoim e soja), com a produção de 1 milhão de toneladas e criando excedentes para a reserva alimentar nacional;
- c. Melhorar os níveis já alcançados na produção de raízes e tubérculos (mandioca, batata rena e batata doce) e atingir a

auto-suficiência alimentar na produção batata rena com a produção de cerca de 2,5 milhões de toneladas/ano;

- d. Cobrir em cerca de 80% as necessidades domésticas em frango e em cerca de 60% as necessidades em carne bovina, caprina e ovina;
- e. Reduzir em cerca de 15% a importação de leite e expandir o seu consumo com recurso a produção interna, para um maior número de pessoas;
- f. Cobrir em cerca de 60% as necessidades domésticas em açúcar;

6. MEDIDAS DE POLÍTICA

As indicações de políticas, com elementos económicos, tecnológicos, sociais, institucionais e legais, consideram a existência de um importante conjunto de iniciativas que o Executivo angolano tem liderado para promover o desenvolvimento económico e social do País. É notório que o desenvolvimento do sector agrário depende de significativos investimentos, que estão a ser realizados, em infra-estruturas, fortalecimento e modernização institucional, criação e aperfeiçoamento da base legal, investimentos em capital humano, desenvolvimento e transferência de tecnologias e não só.

Os objectivos do PDMPSA são ambiciosos, complexos e assentam em pressupostos de desenvolvimento sustentável, do ponto de vista económico, social, técnico e ambiental. Portanto, a concepção e operacionalização de instrumentos de intervenção directa (programas e projectos) não é suficiente para o êxito do PDMP. É fundamental assegurar a criação de um ambiente favorável ao investimento privado no sector agrário; a concepção e implementação de políticas económicas adequadas; o desenvolvimento de estratégias e dinâmicas de trabalho, eficientes e duradouras, capazes de apoiar a construção de resultados sustentáveis; gerar externalidades positivas e efeitos transversais na economia rural. Por outro lado, é importante que as acções do PDMPSA se desenvolvam de forma integrada, gerando sinergias e convergindo para propósitos comuns como maior produção no sector agrário, maior oferta de alimentos e maior segurança alimentar, redução da pobreza via criação de empregos, geração de renda e promoção/emergência de pólos de desenvolvimento económico e social no meio rural.

Esta é a consolidação das iniciativas actuais e o desenvolvimento de outras para aproveitar novas oportunidades, no contexto de uma metodologia de trabalho dinâmica, assente em pressupostos de monitoria, avaliação e no constante ajustamento de estratégias de acção face aos resultados que se forem construindo, com a participação dos diversos actores no processo de desenvolvimento.

Face ao exposto e tal como reafirmado por vários organismos e agências de cooperação internacional, o MINAGRI considera crucial o reconhecimento da importância estratégica do desenvolvimento no sector agrário, como elemento-chave na promoção do desenvolvimento económico e social de Angola. É neste contexto que o PDMP do sector agrário propõe a utilização das seguintes medidas de política:

6.1 MEDIDAS DE POLITICA

- ❖ Consolidação do crédito agrícola;
- ❖ Promoção do seguro agrícola;
- ❖ Institucionalização dos preços mínimos de referência para os principais produtos agrícolas;
- ❖ Constituição da reserva estratégica de alimentos com produtos da produção interna;

6.2 PRIORIZAÇÃO DAS ACÇÕES

As seguintes iniciativas técnicas, económicas, legais, institucionais e programáticas serão utilizadas na implementação do PDMP do sector agrário, no período 2013-2017. A ordem como estão aqui descritas não sugere necessariamente qualquer hierarquização das mesmas:

Prioridade 1: **Promover investimentos públicos e privados nacionais e internacionais**, através de programas e projectos agrícolas, pecuários e florestais, apoiados por um quadro legal, económico e fiscal motivador, com vista ao uso do potencial económico do sector agrário, em dois sub-sectores:

- a) **Agricultura familiar**: promovendo o desenvolvimento rural em geral;
- b) **Agro-negócio**: apoiando empreendimentos rentáveis, quer sejam agrícolas, pecuários e/ou florestais.

Neste contexto, as políticas e estratégias de desenvolvimento terão foco no aumento da produtividade e da rentabilidade nas actividades da agricultura. Com a superação desses desafios serão viabilizados resultados importantes no aumento da produção, geração de empregos, renda e desenvolvimento económico e social.

Em termos de produção, serão direccionados esforços para promover dois conjuntos de produtos:

- a) os **alimentares**, que contribuem para aumentar a segurança alimentar, principalmente milho, mandioca, feijão, sorgo e massambala, amendoim, batata e arroz; e
- b) os **comerciais**, com maior rentabilidade por área, que aumentam a renda dos produtores, como algodão, café, frutas, hortaliças, carne, leite e produtos florestais.

Prioridade 2: Prioridade ao atendimento ao mercado interno

No domínio dos mercados, as medidas de política darão prioridade, no curto prazo, ao atendimento do mercado interno angolano, principalmente para suprir o abastecimento da população rural e urbana das grandes cidades. Mas, serão usadas medidas de política para aproveitar oportunidades de mercados regionais e internacionais. A SADC começa a viabilizar uma importante opção de um significativo mercado dos países da África Austral, para vários produtos angolanos. Por outro lado, também serão consideradas outras oportunidades de mercados internacionais, que poderão viabilizar, no futuro, importantes exportações de Angola, por exemplo, de café, carne, madeira, soja, álcool derivado da cana-de-açúcar e bio-combustíveis.

Para reactivar o sector agrário será fundamental, reforçar e usar as medidas políticas, estratégias e iniciativas do programa de reabilitação e construção de infra-estruturas, com ênfase nas principais vias rurais, infra-estruturas de irrigação e infra-estruturas de apoio à produção, acesso a mercados e comercialização de insumos e produtos, promovendo a busca de sinergias com vários outros Ministérios e com iniciativas do sector privado.

Prioridade 3: Incentivo à formação de Clusters e desenvolvimento da Agro-indústria

Estratégia importante será a promoção e fomento de pólos de desenvolvimento agro-industriais para incentivar a formação de clusters e o estabelecimento de cadeias produtivas, com bases sustentáveis, promovendo o uso de recursos naturais abundantes, zonas agro-ecológicas favoráveis para culturas mais aptas, aproveitar oportunidades de mercados e viabilizar o desenvolvimento rural regional, a geração de empregos e de rendas.

Prioridade 4: Crédito e Seguro agrícola

Medidas políticas fundamentais incluem melhorar e usar os mecanismos existentes que facilitem o acesso ao crédito rural, através de Fundos e Bancos, assentes em garantias, uso de tecnologias melhoradas, políticas de preços mínimos e seguro agrícola, para aumentar a oferta de produtos e serviços, reduzir o custo de capital e os riscos climáticos e de mercado das actividades agrícolas, pecuárias e florestais.

Desenvolver políticas, estratégias e iniciativas conjuntas com o sector bancário que fomentem novas formas de finanças rurais para viabilizar (i) investimentos na reabilitação de infra-estruturas de irrigação, produção, processamento e comercialização; (ii) capital para a produção agrícola, pecuária e florestal para a agricultura familiar e a comercial.

Garantir a introdução de um sistema de seguro de apoio ao sector, para seguro dos equipamentos e máquinas, seguros da produção e outras formas de seguro necessárias ao desenvolvimento do sector.

Prioridade 5: Investigação agrária e Tecnologia

O MINAGRI preparou e está a implementar uma proposta de criação de uma instituição para se levar a cabo a geração, adaptação e transferência de tecnologia para o sector agrário, com maiores eficiências técnicas e económicas que deverá contribuir para uma grande modernização na agropecuária angolana.

Intensificar a geração e adopção tecnológica, fortalecer a investigação agrícola, veterinária e florestal, a extensão rural e a difusão de informação tecnológica no meio rural, através da modernização institucional, capacitação de recursos humanos, maior disponibilidade de meios e recursos financeiros.

Fomentar o uso de tecnologias e a implantação de infra-estruturas de apoio a produção, nomeadamente o processamento e o armazenamento de alimentos, para reduzir perdas, aumentar a segurança alimentar, acrescentar valor aos produtos agro-pecuário.

Prioridade 6: Desenvolvimento Comercial

Promover o desenvolvimento do comércio de insumos e produtos no meio rural visando a reactivação dos circuitos comerciais entre o campo e a cidade, com maiores eficiências técnica e económica, menores margens de comercialização, maior transparência e melhor distribuição de produtos agro-pecuários e garantir o abastecimento de bens á população rural.

Prioridade 7: Sistema de Informação Agro-pecuária

Usar e aprimorar o sistema de informação agro-pecuária, que deverá incluir informações de mercados, com preços, condições de oferta e procura, importações e exportações, dos principais produtos e insumos agro-pecuários, assente numa base de dados e sistemas expeditos de colecta, processamento, análise, armazenagem e disseminação de informação.

Prioridade 8: Base Legal

Promover o uso da base legal actual, assim como formular e aprovar legislação complementar necessária no âmbito de: (i) saúde e quarentena de animais e plantas; (ii) controlo da qualidade e utilização de sementes, fertilizantes e pesticidas; (iii) apoio às normas de qualidade e uso industrial de produtos do sector agrário; (vi) posse e uso da terra; uso de organismos genetiamente modificados, e outros diplomas legais.

Prioridade 10: Desenvolvimento Rural

Expandir o cooperativismo e o associativismo mais para um melhor e sustentado crescimento económico rural, assegurando auto-gestão, a participação da sociedade rural organizada, na definição de políticas agro-pecuárias, em iniciativas promotoras do desenvolvimento rural,

forte participação no agro-negócio, campanhas de sanidade animal, repovoamento animal e florestal, feiras de insumos e produtos e não só.

Prioridade 11: Parcerias Público-Privadas

Promover Parcerias Público-Privadas através de “empresas âncora” que actuarão como elementos difusores de conhecimento, tecnologias de produção, sistemas de gestão e organização. Estas entidades deverão participar também no programa de construção e reabilitação de infra-estruturas rurais, principalmente de irrigação, e desenvolver e apoiar acções concretas ligadas a sistemas integrados, principalmente de irrigação, de produção, processamento e comercialização.

Prioridade 12: Cooperação Internacional

Intensificar as iniciativas com os parceiros internacionais de cooperação, promovendo programas e projectos de cooperação técnica e económica internacional, com agências de financiamento e cooperação multilateral, por exemplo das Nações Unidas, assim como com agências de cooperação bilateral, de países com grande experiência em desenvolvimento agrícola, pecuário e florestal.

Prioridade 13: Fortalecimento Institucional

Fortalecer as instituições do sector agrário, a nível nacional, provincial e municipal, para evitar sobreposições, promover melhores desempenhos institucionais e sinergias, capazes de viabilizar eficientes apoios a programas, projectos e iniciativas de desenvolvimento rural.

Reforçar as capacidades do MINAGRI de formulação de políticas, análise e avaliação de programas e projectos, através de uma estreita cooperação com o Ministério do Planeamento e das Finanças, o que deverá promover uma maior e melhor integração e coordenação entre as políticas macros económicas e as políticas agrárias.

7. PROGRAMAS DO SECTOR

7.1 Programa de Desenvolvimento Sócio-Económico das Comunidades Rurais

O sector da agricultura familiar, (composto pelo universo das explorações agrícolas do tipo familiar) domina o cenário da agricultura nacional. O contributo da agricultura familiar é dominante quer em termos de número de explorações, quer em termos de quantitativo na produção agrícola nacional.

Isto define a importância e a necessidade de se dirigirem esforços objectivos para apoiar e promover o desenvolvimento rural. Neste programa a abordagem é holística e enquadra, além das questões estritamente agronómicas, aspectos sociais relacionados às necessidades básicas das comunidades já que estes são factores que limitam o processo de desenvolvimento. O sector agrário entende-se como catarse do desenvolvimento rural e componente de suporte ao objectivo final do programa que é o de assegurar a melhoria das condições de vida das comunidades rurais.

7.2 - Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar

O programa de desenvolvimento da agricultura familiar, é uma intervenção dirigida aos produtores familiares e que visa promover de forma gradual e sustentável o aumento de rendimento dos agregados familiares. São objectivos específicos desse programa: i) melhorar e organizar os sistemas de produção das comunidades rurais; ii) criar e reforçar as associações de camponeses; e iii) aumentar a produção e a produtividade dos sistemas de produção dos destinatários.

O Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar assenta-se no desenvolvimento de esforços voltados ao fornecimento de factores de produção, desenvolvidos no quadro de uma estratégia estruturante (em que os produtores recebem incentivos, sob a forma de empréstimo de factores de produção). Estas acções são transversalmente fortalecidas com o apoio técnico oferecido aos produtores, permitindo-lhes integrar correctamente o uso dos factores de produção. O objectivo final desse esforço está na intensificação racional e melhoria dos sistemas de produção.

7.3 - Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Este programa visa melhorar a articulação entre a sociedade civil, o empresariado e as instituições governamentais na conjugação de esforços - em relação à identificação dos problemas, à análise das situações e eventuais soluções orientadoras - com vista à adopção de estratégias que viabilizem o alcance de níveis satisfatórios de segurança alimentar e nutricional, em Angola. Tais medidas envolvem acções nos planos jurídicos, institucional, político, económico e social, e devem explorar ao máximo as capacidades existentes nos níveis local, regional e nacional.

7.4 Promoção de Pólos Agro-Industriais e Fazendas de Larga Escala

A promoção de pólos agro-industriais é uma importante componente da estratégia de apoio ao desenvolvimento do sector. A concentração de investimentos em áreas bem definidas com vista à criação de sinergias, promoção de economias de escala e formação de uma massa crítica capaz de constituir como um agrupamento produtivo viável é a base do conceito.

As intervenções são promovidas através de um conjunto de mecanismos de fomento articulados, onde se incluem, medidas de política, mecanismos financeiros de apoio ao investidor, a criação de um ambiente físico favorável ao investimento, e a construção de infra-estruturas de apoio à produção.

As Fazendas de larga escala, já iniciadas no âmbito do anterior Plano de Médio Prazo, são empreendimentos financiados co linhas de crédito externo e envolvem parceiros tecnológicos, numa perspectiva de obtenção de rendimentos altos capazes de fazer face a cobertura, ainda que parcial dos deficits alimentares existentes.

7.5 Programa de Apoio e Fomento à Produção Animal

O programa visa a reabilitação de infra-estruturas necessários à operacionalização dos serviços de apoio e fomento à produção animal. As intervenções previstas prendem-se com a criação de infra-estruturas para funcionamento dos serviços veterinários, com a construção de matadouros modulares e com a instalação de sistemas de frio. A intervenção permite mitigar as principais condicionantes que afectam o sector e definir.

- Construção e reabilitação de infra-estruturas dos serviços veterinários

- Instalação de sistemas de frio para preservação de fármacos
- Construção e reabilitação de infra-estruturas de apoio à assistência e controlo zoo sanitário do gado camponês
- Projecto de reabilitação de infra-estruturas de apoio á formação de quadros
- Construção de matadouros modulares

7.6 Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Florestais

A importância estratégica da floresta fica bem patente nas múltiplas valências que o sub-sector assume tanto numa perspectiva de desenvolvimento socio-económico, como de preservação ambiental. Com efeito as florestas e espaços florestais podem ser importantes vectores de criação de riqueza, elementos essenciais ao equilíbrio ecológico/ambiental e factores basilares do desenvolvimento sustentável.

O Programa de desenvolvimento e gestão sustentável dos recursos florestais, articula um conjunto diversificado de acções que se complementam e que visam promover uma abordagem persistente e integrada à problemática do desenvolvimento do sector florestal nacional.

O programa resume-se por componentes da forma como se segue:

- Construção de infra-estruturas de apoio ao sector florestal
- Construção de centros de formação para técnicos e fiscais florestais
- Concepção, implementação e operacionalização da rede de centros de experimentação florestal
- Reforço da fiscalização florestal e faunística
- Inventário dos recursos florestais
- Gestão das florestas através de concessões
- Reanimação e desenvolvimento da exploração florestal
- Concepção e lançamento do Fundo Florestal
- Gestão de recursos de fauna e flora selvagem
- Repovoamento florestal
- Fomento apícola
- Fomento da produção de produtos florestais não lenho

7.7 Programa de Recuperação e Desenvolvimento do Sector do Café

O programa de recuperação e desenvolvimento do sector do café visa o aumento da produção interna, o fortalecimento da classe empresarial e a melhoria das condições de vidas das comunidades rurais (aumento das receitas, melhoria da segurança alimentar e nutricional, criação de emprego no meio rural, redução da fome e da pobreza), sobretudo nas regiões cafeeícolas.

Com efeito, a diversificação e articulação da produção com tecnologias de processamento, transformação, com mecanismos de apoio à comercialização, poderão produzir importantes resultados económicos e servir de "alavancagem" às dinâmicas de desenvolvimento económico assentes na produção de café ou palmar a nível local e nacional.

Neste contexto o programa se estrutura por projectos como se segue:

- Programa de recuperação e desenvolvimento do sector do café
- Melhoria da assistência técnica ao produtor;
- Produção de mudas de café e plantas sombreadas;
- Industrialização do Café e do Palmar;
- Revitalização dos circuitos de comercialização e dos mercados rurais do café;
- Relançamento da cultura do Palmar e Cacau.

7.8 – Reabilitação e Construção De Infra-Estruturas De Apoio Ao Regadio

O Plano Director Nacional de Irrigação, preconiza-se a construção de infra-estruturas de apoio à produção diferenciando a abordagem entre regadios de pequena dimensão (dadas as especificidades dos sistemas de produção familiares) e os sistemas de média e grande dimensão.

O Programa de Construção e reabilitação de perímetros irrigados tem por objectivos promover a agricultura de regadio na prossecução dos objectivos estratégicos do sector agrário, combater a pobreza, garantir a segurança alimentar, aumentar o contributo da agricultura para o PIB e transformar sustentável e gradualmente a agricultura angolana num sector competitivo tanto nos mercados interno, regional (SADC) como na África Meridional.

Este Programa visa igualmente colocar os pequenos regadios no centro da problemática do desenvolvimento do sector e, lato sensu, do desenvolvimento rural, tornando-os vectores privilegiados de apoio à emergência e à consolidação de dinâmicas de desenvolvimento sustentáveis com base na agricultura irrigada.

Pretende-se com este programa desenvolver uma carteira de investimentos públicos estruturante, segundo três vectores:

- i) Recuperação e expansão de infra-estruturas básicas de apoio à produção, onde os sistemas de irrigação, drenagem e redes de caminhos rurais são aspectos de referência. Neste contexto promovem-se acções integradas em áreas bem definidas onde serão executadas/reabilitadas infra-estruturas de armazenamento de água (açudes, barragens, etc.), sistemas de adução de água (canais de irrigação, tubagens, etc), redes de caminhos rurais e sistemas de drenagem;
- ii) Formular e colocar em prática medidas de política para incentivar o investimento privado nas áreas beneficiadas;
- iii) Fomentar a produção agrícola de forma sustentável através da: a) criação de condições que promovam a intensificação dos sistemas de produção agrícolas, tendo em vista a restituição da competitividade do sector; b) promoção do acesso aos recursos naturais produtivos (terra e água), criando sistemas capazes de mitigar, a nível local, os impacto da mudança climática global; c) criação de agrupamentos de produtores em áreas geográficas bem definidas com massa crítica suficiente para atrair e viabilizar a emergência de serviços essenciais a um novo quadro de produção.

7.9. Programa de Reestruturação do Sistema de Investigação Agrária

A situação da investigação agrária em Angola foi motivo de vários estudos no contexto de esforços concentrados em análise do sector, como no caso das Revisões do Sector Agrário de Angola (1997 e 2004) e dos projectos bancáveis do NEPAD, levados a cabo pelo MINAGRI, com o apoio técnico da FAO e de outros parceiros do desenvolvimento. Em 2007, o Ministério, com o apoio da FAO e da EMBRAPA, preparou uma proposta de uma nova organização de investigação agrária para Angola, que inclui um novo modelo institucional em forma de empresa pública, investigação por fileiras de produção, e organizada em 14 centros nacionais de investigação, por produto, biomas e temas especiais. Essa proposta deverá ser submetida à aprovação das autoridades superiores do governo durante o ano de 2009. Para maiores detalhes consultar o documento: **Proposta da Organização de Investigação Agrária de Angola**, volumes I-VIII, Setembro 2007.

Os estudos identificaram um conjunto de restrições/factores limitantes característicos dos sistemas actualmente em funcionamento, dentre as

quais destaca-se a limitada capacidade de resposta dos institutos de investigação face às crescentes necessidades das unidades de produção em termos técnicos e tecnológicos das principais cadeias produtivas, considerando tanto pequenos produtores, como médios e grandes empresários agrícolas. Este quadro contrasta com a presente procura de bens alimentares no mercado doméstico e com a importância que as importações de alimentos assumem na balança comercial

Fica clara que a urgência de se criarem mecanismos eficazes para a superação dessas restrições exige esforços, que se prevêem neste PDMPA, de reestruturação física e organizacional, capacitação de quadros, definição de prioridades e estruturação de parcerias com agentes privados.

A política nacional para o relançamento da investigação agrária em Angola visa atender os objectivos governamentais e concorrer para os objectivos da segurança alimentar, promovendo actividades produtivas ligadas ao sector agrícola e gerando oportunidades de emprego e rendimento para a população angolana.

Ao melhorar a sua capacidade de desenvolvimento tecnológico na agricultura, o país construirá simultaneamente resultados úteis tanto para os produtores – via aumentos contínuos na oferta de alimentos básicos – como para a população em geral, em função do embaratecimento dos alimentos resultado do aumento de produção.

No domínio da investigação agrária a estratégia assenta na constituição de um sistema de investigação moderno e interactivo, que ofereça soluções ajustadas às capacidades dos destinatários e que exprima os problemas e necessidades reais das produções agrícola, pecuária e florestal.

Nesta perspectiva, esforços continuarão a ser desenvolvidos visando a consolidação das reformas institucionais em curso no sistema de investigação agrária, adoptando uma filosofia orientada para uma investigação adaptativa numa primeira fase, através de centros nacionais de investigação agrícola, pecuária e florestal.

O Executivo aprovou já um Projecto que visa a reabilitação das infraestruturas das Estações Experimentais e Estações Zootécnicas das actuais instituições de investigação agrária, ponto de partida para as futuras reformas institucionais.

7.10 Programa de Formação e Difusão de Informação do MINAGRI

As necessidades de formação são tanto mais evidentes quanto maior é a expectativa colocada no sector agrário. É necessário preparar recursos humanos para aproveitar o potencial do sector, que é cada vez mais entendido como vector de diversificação da economia nacional e motor do desenvolvimento equitativo e sustentável.

Os esforços de apoio ao desenvolvimento do sector, irão promover e fomentar a transferência/adaptação de técnicas, tecnologias e modelos de organização, cujo sucesso depende em grande medida da existência de um *quórum* de capacidades que permita que aqueles sejam devidamente traduzidos em desenvolvimento económico e humano.

Por outro lado, o quadro da produção agrícola tornar-se-á progressivamente mais complexo e mais exigente em conhecimento, recursos humanos qualificados, técnicas e tecnologias racionais e ajustadas aos empresários do sector, e por consequência, as estratégias de desenvolvimento tornar-se-ão mais elaboradas, mais exigentes em informação de qualidade e mais inovadoras.

A formação profissional assume-se pois, como referência, prioridade de topo e factor determinante no processo de desenvolvimento do sector e do País.

Objectivo Geral

O objectivo geral do Programa de Formação Global (PFG) é melhorar a qualidade, a eficiência e a efectividade do desempenho do MINAGRI e promover o desenvolvimento do sector agrário, através da intensificação e racionalização/optimização dos esforços desenvolvidos em prol da formação.

Este objectivo deverá ser atingido através do reforço das capacidades a dois níveis: i) ao nível das instituições ligadas ao desenvolvimento do sector e ii) ao nível dos actores privados incluindo empresários agrícolas e agricultores familiares.

Em ambos os casos o esforço de apoio à formação deverá ser desenvolvido de forma abrangente e descentralizada e tendo como referência a valorização do conhecimento e da cultura de cada região, as necessidades expressas pelos beneficiários e os objectivos estratégicos definidos para o sector.

Objectivos Específicos

Promover a eficiência e efectividade dos esforços colocados a favor da formação profissional (considerando recursos humanos e materiais), através do desenvolvimento de mecanismos de coordenação das acções de formação, com vista a melhorar a gestão, intensificar e racionalizar as actividades e potenciar objectivos.

- i) Actuar de forma contínua, ajustando as formações às necessidades dos grupos alvo;
- ii) Descentralizar as actividades de formação em termos geográficos e diversificar os grupos alvo;
- iii) Promover e facilitar o acesso à informação;
- iv) Potenciar o conhecimento existente;
- v) Monitorar o impacto e o desempenho das acções de formação e ajustar/redireccionar os investimentos para otimizar os resultados;
- vi) Promover e dinamizar parcerias e mecanismos de difusão de informação como factores complementares mas integrantes do processo de apoio à construção de capacidades;

7.11. Programa de Implantação de Centros de Formação e Treinamento Agro-Pecuários, Florestais e de mecanização agrícola

Objectivos

Promover e fomentar de forma progressiva a contribuição do sector Agrário para o desenvolvimento equitativo e sustentável do país, através do desenvolvimento da actividade agro-pecuária e florestal.

Tal objectivo deverá ser atingido através da formação profissional que se considera vector essencial à sustentabilidade dos esforços de apoio ao desenvolvimento do sector. Para tal promove-se a criação de uma rede de centros de formação capazes de responder a um leque diversificado de situações, posicionados junto dos destinatários e capazes de apoiar a transferência de conhecimento, promover a emergência de inovações culturais, técnicas, tecnológicas, comerciais e organizacionais e de apoiar a consolidação de dinâmicas de desenvolvimento económico sustentáveis.

Os Centros de Formação constituem-se como um rede de entidades articuladas e complementares que se definem como entidades dinâmicas e susceptíveis de evoluir e ajustar-se em termos metodológicos e de objectivos de formação dos destinatários (beneficiários directos das acções de formação) em função dos resultados, das necessidades e dos objectivos definidos para o sector.

Promove-se e estrutura-se uma solução integrada para responder à questão premente da formação profissional no sector agrário. Define-se um modelo de intervenção que se estende para além do fornecimento de serviços de formação isolados e/ou da construção e reabilitação de infra-estruturas. Formula-se uma intervenção que visa a operacionalização de uma rede de centros de formação, constituída por unidades independentes e autónomas com objectivos de formação bem definidos e com valências na difusão de informação e no apoio a soluções concretas ou ajustadas a realidades específicas e orientadas para o desenvolvimento do sector agrário

Do ponto de vista da organização institucional, destaca-se uma lógica de trabalho de soluções pragmáticas e funcionais, recorrendo a modelos ajustados aos objectivos e recursos financeiros e humanos disponíveis. O diálogo transversal no contexto de estruturas simples e ágeis se perspectiva como vector de redução de custos e de construção de entidades/organizações pouco onerosas e eficientes.

Finalmente, considera-se essencial a criação de uma configuração institucional capaz de imprimir aos centros capacidades para caminhar com forças próprias, isto é, dotando-os de autonomia para diversificar as fontes de financiamento, capacidades para criar dinâmicas de trabalho próprias e desenvolver soluções para fornecimentos de serviços, ajustados às necessidades dos beneficiários.

A abordagem define-se, pois, com base em conteúdos inovadores e ajustados à realidade Angolana, considerando as especificidades regionais, pesando factores como a extensão e diversidade agro-ecológica do território, e o potenciais agrícola, florestal e pecuário do país, sem deixar de fora as questões ambientais mais prementes.

7.12 Programa de Apoio a Gestão dos Perímetros Irrigados

Este Programa visa garantir a sustentabilidade das acções nos perímetros irrigados já em funcionamento.

O alcance das acções perspectivadas é o seguinte:

- a. Manutenção e Conservação das infra-estruturas e equipamentos de rega;
- b. Instalação e recuperação de estações meteorológicas;
- c. Instalação de sistemas de tratamento de água potável para acudir as necessidades das populações residentes em áreas circunvizinhas aos perímetros irrigados;
- d. Realização de trabalhos de derruba , desmatação e lavouras iniciais nos perímetros irrigados;
- e. Fomento agrícola e apoio aos agricultores nos perímetros irrigados;
- f. Apoio a emergência de jovens empresários agrícolas.

7.13. Programa de Reforço do Enquadramento Estratégico e Legal do Sector

O actual contexto do sector agrário nacional, o seu potencial produtivo e dos recursos hídricos do País, são aspectos cada vez mais importantes face á a realidade económica, ambiental e social de Angola e a integração do país na SADC.

O País e o sector devem posicionar-se para tirar partido do seu potencial produtivo e encontrar sinergias no contexto da dinâmica de desenvolvimento que o País atravessa. Para tal a definição de um

enquadramento político estratégico e a constante actualização das estratégias de intervenção para o desenvolvimento do sector, são aspectos essenciais.

Pretende-se conciliar as necessidades e a urgência do relançamento do sector e promover o desenvolvimento integrado enquadrando, desenvolvimento socioeconómico, criação de riqueza e as questões ambientais mais prementes.

É, pois, o momento de encorajar a promoção do desenvolvimento descentralizado do sector enquadrando aspectos como a segurança alimentar, o combate à pobreza e a emergências de dinâmicas de desenvolvimento económico ligadas à produção agrária com a sustentabilidade, deverá assumir papel de destaque para assegurar a perpetuidade da resposta às necessidades locais e nacionais, presentes e futuras, através de intervenções inscritas em projectos multisectoriais e ao encontro das políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento.

O programa enquadra os seguintes pressupostos:

Sociais: reforço do papel dos recursos destinados à promoção do desenvolvimento do sector agrário, que se entende como mecanismo indirecto do alívio da pobreza e da melhoria das condições de vida das populações, da criação de emprego, e que se constitui igualmente como instrumento de promoção de capacidades e do envolvimento comunitário e do sector privado na gestão e utilização sustentável dos recursos naturais produtivos.

Económicos: reforço da contribuição do papel do sector agrário na promoção do desenvolvimento económico do país, na satisfação da crescente procura de bens e serviços ligadas à produção agrícola florestal e pecuária, na geração de receitas e no aumento do Produto Interno Bruto através da criação de actividades económicas sustentáveis. Usar a excepcional potencialidade de produção agrícola do país pela colossal importância económica que o sector representa tirando partido da vantagem de ser um dos poucos países da região com condições edafoclimáticas adequadas e que atravessa um momento de desenvolvimento que urge aproveitar

Ambientais: melhoria e aumento dos mecanismos de uso racional protecção e conservação dos recursos naturais renováveis, fomento e realce do papel fundamental que desempenham no restabelecimento e aumento da diversidade, bem como na conservação e reabilitação dos solos e na melhoria da qualidade e da quantidade da água, e de todos os outros benefícios ambientais associados.

O programa irá enquadrar igualmente os seguintes aspectos:

A evolução das políticas macroeconómicas, implementando os ajustamentos estruturantes respectivos, adequando as "reformas" sectoriais e a correspondente harmonização da legislação, o que contribuirá para a criação de um ambiente favorável ao envolvimento activo de todos os interessados nas actividades produtivas ligadas ao sector agrário.

O aumento da consciencialização do interesse e dos compromissos dos decisores e do público em geral pelas questões da produção agrícola, pecuária, florestal e do desenvolvimento rural;

Considerar o processo de descentralização como meio para aumentar a participação provincial e municipal no planeamento e na implementação de actividades.

7.14. Programa De Promoção Do Crédito e Seguro Agrícola

As operações de crédito representam menos de 2% do total das operações bancárias em Angola, que **são operações cambiais na sua grande maioria**. Diante desta realidade o Executivo Angolano mobilizou recursos financeiros para além daqueles que são disponibilizados ao nível do BDA para a implementação de crédito agrícola (de investimento e de campanha). Contudo, a experiência recente obtida nesta matéria recomenda a necessidade da consolidação das acções iniciadas como forma de garantir que este instrumento esteja disponível para os produtores nacionais.

Á par do crédito é cada vez mais assente a necessidade da criação de mecanismos para institucionalizar o seguro agrícola, ferramenta complementar ao crédito e sem dúvida indispensável neste processo de relançamento da actividade produtiva agrícola nacional.

Por outro lado é preciso dotar o produtor rural angolano de condições de fornecer, ao sistema bancário, as garantias exigidas para a concessão de créditos. Para isso, os desafios do país estão associados à aceleração dos processos de regularização fundiária e concessão de títulos de uso da terra, que constituem importantes instrumentos nesse tipo de garantia. Além disso, é preciso avançar no enquadramento dos produtores – por tamanho de propriedade e/ou finalidade da actividade – de modo a criar instrumentos legais e financeiros compatíveis às necessidades e demandas de cada grupo. Cabe também estudar a possibilidade de criação de mecanismos como Fundos de Garantia e Seguros Rurais, e o estabelecimento de taxas de juros compatíveis com as actividades agro-pecuárias e que sejam diferenciadas por categoria de produtores.

7.15. Programa de Apoio a Comercialização Rural

Promovendo o desenvolvimento do comércio rural, visando a dinamização dos circuitos e dos fluxos comerciais bilaterais entre a cidade e o campo e a articulação das políticas públicas de garantia de renda aos produtores e de definição de preços mínimos de comercialização, gerando assim stocks públicos que poderão integrar uma **Reserva Estratégica de Alimentos do Estado**.

Deverá ser constituída uma empresa a quem competirá: definir as normas e executar a política de garantia dos preços mínimos, coordenar,

executar as políticas de formação, regulação e distribuição dos stocks de produtos estratégicos agro-pecuários, co-participar na definição de políticas agrícolas entre outras.

As atribuições desta entidade poderão ser:

- **Na formação dos stocks públicos:** adquirindo produtos com recursos públicos, sempre que o preço de mercado se situe abaixo do preço mínimo de referência ou através de Contratos de Opção de Venda com as Explorações Agrícolas Familiares; Estes stocks devem ser geridos de maneira a manter a regularidade do abastecimento interno e a segurança alimentar e nutricional das populações, tendo igualmente a vantagem de regular os preços do mercado interno, garantir estabilidade do sistema económico, a oferta de alimentos e assegurando aos produtores preços mínimos de comercialização;
- **No levantamento dos dados da produção e sua avaliação:** visando a obtenção de dados estatísticos sobre as produções anuais, as disponibilidades de produtos mercantis, as importações e exportações de produtos agro-pecuários;
- **No apoio logístico aos produtores:** através de apoio aos pequenos produtores para a transportação dos seus produtos, no armazenamento da sua produção promovendo a sua integridade física e qualitativa;
- **Outras atribuições:** a constarem do diploma legal que formalizará a sua criação.

7.16. Programa de Sanidade Animal e Saúde Pública Veterinária

Este programa destina-se a implementação de conjunto de medidas visando proteger o efectivo animal das doenças mais importantes, através da criação de condições que permitam o diagnóstico de doenças, tratamentos e realização de campanhas de vacinação periódicas.

As doenças mais frequentes e de maior impacto sócio - económico e Zoo-sanitárias são:

- Bovinos: Peripneumonia contagiosa bovina (PPCB), Dermatite nodular contagiosa bovina (DNCB), Tripanossomiase, Doenças transmitidas por carraças, Carbúnculo hemático (CH) e Carbúnculo sintomático (CS).
- Aves: Doença de Newcastle (DN), Varíola aviária, Doença de Marek, Salmonelose, Colibacilose, Gumboro, Coccidiose, Doenças respiratórias, Hepatite viral dos patos.
- Suínos: Peste suína africana (PSA), Salmonelose, Colibacilose, Cisticercose suína, Doenças diarreicas.
- Caprinos/Ovinos: Sarna, Ectima contagioso, Linfadenite caseosa, Enterotoxemia, Pododermatite, doenças respiratórias e parasitárias.

- Saúde pública: a Raiva e a Tripanossomíase

7.17. Programa de Sanidade Vegetal

Este programa destina-se a implementação de conjunto de medidas visando proteger as culturas vegetais de pragas e doenças que podem vir a ter um impacto económico negativo afectando assim os rendimentos dos produtores nacionais.

Para tal o programa estabelece um conjunto de medidas visando o controlo do país contra a entrada de agentes causadores de doenças de outras origens, com o estabelecimento de postos de quarentena e outras medidas de controlo.

7.18. Programa de Relançamento da Cultura do Algodão

O relançamento da cultura do algodão em Angola constitui uma das prioridades do sector agrário, com vista o aproveitamento do seu potencial agro-ecológico, satisfazer a demanda interna de algodão e produtos derivados, gerar empregos e renda para os produtores locais e por esta via reduzir os níveis de pobreza.

A produção de algodão resulta no algodão-carço que requer processamento industrial para a separação da fibra e do caroço. Destes sub-produtos, a fibra é utilizada como matéria-prima para a indústria têxtil e outras aplicações na medicina, indústria de manufacturados, etc, enquanto o caroço pode ser utilizado na produção de óleo alimentar, cosméticos, biodiesel, etc.

Tratando-se de uma cultura industrial, esta está orientada para o abastecimento a indústria nacional e a exportação, cujas oportunidades recomeçam a revelar-se promissoras com a subida do preço do algodão no mercado internacional.

Este processo implica o envolvimento das explorações agrícolas familiares e empresariais, devendo beneficiar de incentivos a produção, e preços que estimulem a manutenção desta cadeia produtiva.

Nesta perspectiva, as fábricas deverão dinamizar a produção de algodão, mediante a aquisição e fornecimento de sementes, fertilizantes, pesticidas, máquinas e equipamentos agrícolas e proceder a aquisição da produção com base em preços mínimos estabelecidos.

7.19. Programa de Mecanização Agrícola

Angola dispõe de um volume de terras aráveis superior a 50 milhões de hectares, dos quais estão em produção apenas 10% desta superfície. Os desafios do sector agrário passam pela utilização sustentável deste recurso, maximizando a produção e a produtividade e assegurando a sua conservação.

Este desiderato só pode ser alcançado mediante o uso de técnicas e tecnologias que passam pela mecanização da actividade agro-pecuária nacional e a competente formação dos recursos humanos a ela associados.

Neste contexto, no quadro da diversificação da economia, o Executivo está a desenvolver um conjunto de acções no sector agrário que requerem a mecanização das operações agrícolas, assim como o uso de outros equipamentos e factores de produção a baixo custo de forma a tornar competitiva a produção nacional.

Os propósitos deste Programa são os de:

- A. Promover a aquisição tractores, com respectivos implementos para aumentar significativamente o número de unidades;
- B. Assegurar a assistência técnica pós venda e a provisão de peças para reparação e manutenção dos tractores, garantindo a longevidade a sua utilização;
- C. Incremento da produção agrícola por via do aumento das áreas cultivadas mecanicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINAGRI. Resultados da Campanha Agrícola 2010/11. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE). 2012. Luanda, Angola.

MINAGRI/FAO/EMBRAPA (2008). Proposta da Organização de Investigação Agrária para Angola. Vol I-X. 2008. Luanda, Angola.

MINAGRI. Estimativa das Explorações Agrícolas do Tipo Familiar. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE). 2007. Luanda, Angola.

MINAGRI. Registo das Explorações Agrícolas Empresariais. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE). 2007. Luanda, Angola.

MINAGRI. Resultados da Campanha Agrícola 2005/06. Gabinete de Segurança Alimentar (GSA). 2006. Luanda, Angola.

MINAGRI. Resultados da Campanha Agrícola 2004/05. Gabinete de Segurança Alimentar (GSA). 2006. Luanda, Angola.

MINAGRI/FAO. Revisão do Sector Agrário. 2004. Luanda, Angola.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO. Angola 2025: Angola um País com Futuro. 2007. Luanda, Angola.

MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS/MINAGRI/FAO. Promoção do Desenvolvimento Sustentável de Biocombustíveis em Angola. Setembro 2008 (Proposta de Projecto para Discussão pelo grupo de trabalho interministerial dos biocombustíveis). 2008. Luanda, Angola.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano. 2005. Disponível em: www.pnud.org.br/rdh

SAMBENY, Z. Investigação Agrária em Angola - Desafios e Propostas.- Agosto 2011. Luanda, Angola

MINADERP/COBA 2011. Plano Nacional Director de Irrigação. Luanda - Angola

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO. Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População. 2011 Luanda, Angola

Banco Africano de Desenvolvimento/Fundo Africano de Desenvolvimento. Angola- Perfil do Sector Privado do País. Outubro 2012, Angola

BLUE NET. Processo de Transformação Rural e Agrária

ANEXO 1: Datos Estadísticos

Quadro A.1 - Evolução Populacional em Angola - milhões

Evolução da População em Angola - mil					
População	1990	2000	2015	1990-00(%)	2000-15(%)
População Rural	6,931	8,642	11,437	2.2	1.3
População Urbana	2,629	4,492	9,029	5.2	3.3
População Total	9,570	13,134	20,466	3.1	2

Quadro A.2 – Acréscimo Anual da Produção de Alimentos (tons) 2008-13

Produto	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Cereais	-39,009	314,890	125,103	230,876	910,447	1,097,140
Leguminosas	133,286	133,286	7,290	101,012	347,677	556,494
Raízes e Tubérculos	3,355,079	3,355,079	1,053,089	533,342	2,150,199	2,393,539
Hortícolas	2,442,416	1,865,586	114,357	460,739	329,815	402,634
Oleaginosas	ND	ND	1,293	1,466	2,646	2,380
Acréscimo Total	3,449,356	5,668,841	1,301,132	1,327,435	3,740,784	4,452,187
Café	-7,523	7,892	34,415	2,226	44,250	70,800

Fonte: Campanhas Agrícolas Anuais. GEPE e GSA/MINADER.

Quadro A.3 – Produção – Culturas Alimentares (tons) – 2001-2011

PRODUÇÃO - CULTURAS ALIMENTARES)* (ton)											
Produto	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Milho	458,659	546,859	618,684	530,601	720,273	526,084	615,894	702,385	970,231	1,072,740	1,262,222
Massango	144,162	161,068	83,089	112,115	137,864	144,390	156,434	27,153	68,322	87,510	123,395
Arroz	5,335	4,890	10,697	10,057	8,650	3,831	4,635	8,416	14,291	17,697	23,209
Trigo	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Total Cereais	608,156	712,817	712,470	652,773	866,787	674,305	776,963	737,954	1,052,844	1,177,947	1,408,826
Feijão	89,032	90,887	93,185	75,965	108,116	85,081	103,698	124,157	247,314	250,117	303,521
Amendoim	0	31,447	58,850	49,978	66,001	70,540	66,660	91,924	110,828	115,164	161,116
Soja	0	0	0	0	0	0	7,064	14,711	5,936	6,087	7,743
Total Leguminos	89,032	122,334	152,035	125,943	174,117	155,621	177,422	230,792	364,078	371,368	472,380
Mandioca	5,394,322	6,522,765	6,892,162	8,586,874	8,806,209	9,037,024	9,730,261	10,057,376	12,827,580	13,858,681	14,333,509
Batata Rena	158,389	179,385	269,204	241,945	307,296	295,033	481,216	401,208	823,266	841,279	841,252
Batata Doce	353,228	423,140	543,320	629,574	659,452	684,756	949,104	819,771	982,588	986,563	1,045,104
Total Raízes e Tu	5,905,939	7,125,290	7,704,686	9,458,393	9,772,957	10,016,813	11,160,581	11,278,355	14,633,434	15,686,523	16,219,865

Fonte: Campanhas Agrícolas Anuais. GEPE e GSA/MINADER.

Quadro A.4 – Projecção da produção – Culturas Alimentares (tons) – 2012 -2017

PROJECCÃO DA PRODUÇÃO - CULTURAS ALIMENTARES)* (ton)					
Produto	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Milho	1,698,853	1,919,194	2,084,345	2,263,708	2,458,506
Massango/Massambala	161,373	200,351	250,787	316,393	402,133
Arroz	432,108	482,775	537,549	596,661	660,351
Trigo	ND	ND	ND	ND	ND
Total Cereais	2,292,334	2,602,320	2,872,681	3,176,762	3,520,990
Feijão	281,194	312,937	348,709	389,087	434,744
Amendoim	172,394	191,855	213,786	238,541	266,532
Soja	177,347	331,311	471,093	564,413	667,021
Total Leguminosas	630,935	836,103	1,033,588	1,192,041	1,368,298
Mandioca	21,600,175	24,184,508	27,666,842	30,947,174	34,332,907
Batata Rena	897,717	917,359	937,431	957,942	978,902
Batata Doce	1,574,941	1,763,373	2,017,282	2,256,462	2,503,327
Total Raízes e Tubérculos	24,072,833	26,865,240	30,621,555	34,161,578	37,815,136

Fonte: Campanhas Agrícolas Anuais. GEPE e GSA/MINADER.

Quadro A.4 – Área Cultivada – Culturas Alimentares (ha)
2009-2011

Quadro 10: ÁREA CULTIVADA - CULTURAS ALIMENTARES* (ha)			
Produto	2008/209	2009/2010	2010/2011
Milho	1.544.096	1.568.226	1.721.985
Massango/Massambala	242.670	379.616	393.970
Arroz	14.291	25.163	26.188
Trigo	ND	ND	ND
Total Cereais	1.801.057	1.973.005	2.142.143
Feijão	710.260	723.923	794.558
Amendoim	289.347	297.174	317.364
Soja	13.897	14.260	14.700
Total Leguminosas	1.013.504	1.035.357	1.126.622
Mandioca	994.422	1.046.610	1.082.264
Batata Rena	103.440	104.597	106.966
Batata Doce	160.666	170.211	160.538
Total Raízes e Tubérculos	1.258.528	1.321.418	1.349.768

Fonte: Campanhas Agrícolas Anuais. GEPE e GSA/MINADER.

* Para café e frutas, existem dados disponíveis apenas para 2007. Ver itens 2.1.5 e 2.1.6.

Quadro A.5 – Produtividade – Culturas Alimentares (tons/ha)
2009-2011

Produto	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Milho	0,6280	0,6890	0,7380
Massango/Massambala	0,2800	0,2300	0,3100
Arroz	0,5910	0,7090	0,8910
Trigo	0,0000	0,0000	0,0000
Total Cereais	0,3748	0,4070	0,4848
Feijão	0,3450	0,3490	0,3860
Amendoim	0,3830	0,3880	0,5080
Soja	0,4270	0,4300	0,8770
Total Leguminosas	0,3850	0,3890	0,5903
Mandioca	12,9000	13,3470	13,3650
Batata Rena	7,9590	16,4940	16,9240
Batata Doce	6,1160	5,8260	6,5510
Total Raízes e Tubérculos	8,9917	11,8890	12,2800

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados das Campanhas Agrícolas Anuais. GEPE e GSA/MINA

* Para hortícolas e frutas, existem dados disponíveis apenas para 2007. Ver quadros 5 e 6.

Quadro A.6 – Produção, Área e Produtividade nas EAE e EAF – 2010/2011

Produto	EAE	EAF	Total	EAE	EAF	Total	EAE	EAF
Milho	224.538	1.037.684	1.262.222	167.290	1.444.562	1.611.852	1,3422	0,7183
Massango/Massambala	4.434	118.961	123.395	10.250	381.909	392.159	0,8749	0,6243
Arroz	10.587	12.622	23.209	9.972	16.066	26.038	1,0617	0,7856
Total Cereais	239.559	1.169.267	1.408.826	187.512	1.842.537	2.030.049	1,2776	0,6346
Feijão	32.849	270.672	303.521	65.124	721.782	786.906	0,5044	0,3750
Amendoim	5.958	155.158	161.116	8.254	305.978	314.232	0,7218	0,5071
Soja	3.304	4.439	7.743	5.558	9.067	14.625	0,5945	0,4896
Total Leguminosas e Oleaginosas	42.111	430.269	472.380	78.936	1.036.827	1.115.763	0,5335	0,4150
Mandioca	917.153	13.416.356	14.333.509	59.480	1.012.998	1.072.478	15,4195	13,2442
Batatta Rena	311.592	529.660	841.252	33.243	67.873	101.116	9,3732	7,8037
Batata Doce	89.303	955.801	1.045.104	9.816	149.712	159.528	9,0977	6,3843
Total Raízes e Tubérculos	1.318.048	14.901.817	16.219.865	102.539	1.230.583	1.333.122	12,8541	12,1096
Café	1.990	8.768	10.758	5.739	24.315	30.054	0,3470	0,3610

Fonte: Campanhas Agrícolas Anuais. GEPE e GSA/MINADER.

Quadro A.7 – Necessidades Internas – Culturas Alimentares (tons) 2009/2011

Produto	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Milho	884.895	1.062.808	1.183.347
Massango/Massambala	233.314	253.509	262.015
Arroz	274.332	291.649	299.621
Trigo	252.929	268.247	275.340
Total Cereais	1.645.470	1.876.213	2.020.323
Feijão	379.564	423.502	439.882
Amendoim	91.906	98.590	103.755
Soja	ND	ND	ND
Total Leguminosas	471.470	522.092	543.637
Mandioca	3.953.141	5.684.050	5.150.487
Batata Rena	859.066	1.017.695	1.017.471
Batata Doce	712.373	844.718	770.149
Total Raízes e Tubérculos	5.524.580	7.546.463	6.938.107

Fonte: Campanhas Agrícolas Anuais. GEPE e GSA/MINADER.

Quadro A.8 – Necessidades de Importação – Culturas Alimentares (tons) 2009/2011

produto	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Milho	172508	0	0
Massango/Massambala	201.161	160.999	133.620
Arroz	261.561	269.596	272.057
Trigo	247.929	263.247	270.340
Total Cereais	883.159	693.842	676.017
Feijão	253.100	171.385	134.361
Amendoim	0	0	0
Soja	ND	ND	ND
Total Leguminosas	253.100	171.385	134.361
Mandioca	0	0	0
Batata Rena	452.859	171.416	171.219
Batata Doce	0	0	0
Total Raízes e Tubérculos	452.859	171.416	171.219
Fonte: Campanhas Agrícolas Anuais. GEPE e GSA/MINADER.			

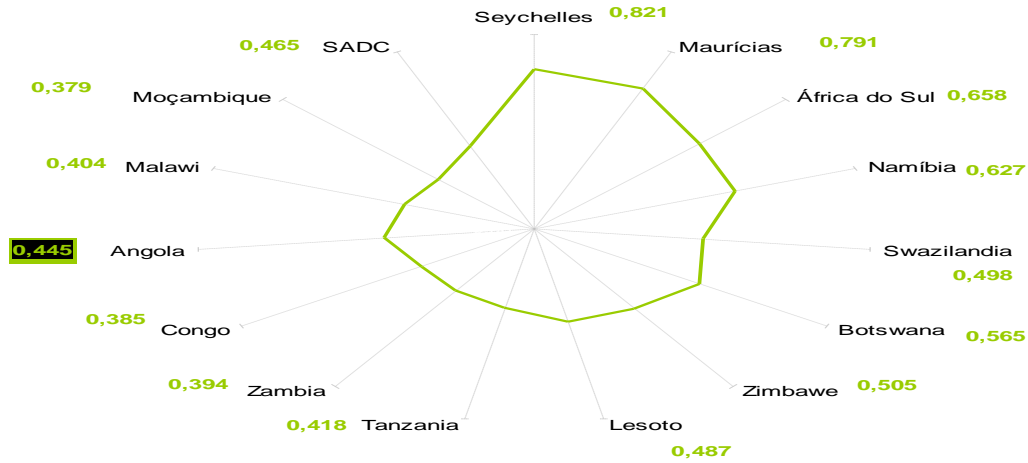
Quadro A.9 – Efectivos Pecuários – Distribuição por espécie e por província 2010/2011

Quadro 15: DISTRIBUIÇÃO DOS EFECTIVOS PECUÁRIOS, POR ESPÉCIES E POR PROVÍNCIA

PROVÍNCIAS	Bovinos		Equinos		Asininos		Caprinos		Ovinos		Suínos		Aves	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bengo	15.971	0,35	50	0,33	45	0,50	143.794	3,64	27.522	2,23	3.587	0,17	248.845	1,25
Benguela	135.154	2,95	50	0,33	150	1,67	208.558	5,28	101.586	9,65	86.384	4,04	40.279	0,20
Bié	57.990	1,26	60	0,40	100	1,11	148.431	3,76	13.421	1,06	399.556	18,71	3.350.479	16,77
Cabinda	3.827	0,08	15	0,10	7	0,08	121.905	3,09	67.608	5,93	43.531	2,04	59.330	0,30
Cunene	1.518.775	33,11	6.100	40,76	2.700	29,98	558.454	14,14	45.743	3,84	117.770	5,51	3.619.398	18,12
Huambo	96.649	2,11	100	0,67	650	7,22	369.165	9,35	43.127	3,60	273.981	12,83	3.589.607	17,97
Huíla	1.656.845	36,12	1.500	10,02	1.420	15,77	694.071	17,58	170.473	21,41	713.688	33,41	551.758	2,76
Luanda	22.367	0,49	350	2,34	30	0,33	37.400	0,95	16.437	1,31	146.519	6,86	6.286.629	31,47
Luanda Norte	4.849	0,11	25	0,17	22	0,24	34.327	0,87	27.657	2,25	15.694	0,73	39.900	0,20
Lunda Sul	2.658	0,06	40	0,27	35	0,39	36.377	0,92	15.435	1,23	24.297	1,14	12.732	0,06
Malange	6.945	0,15	50	0,33	75	0,83	191.266	4,84	76.056	6,79	45.523	2,13	377.307	1,89
Moxico	42.802	0,93	324	2,17	978	10,86	29.672	0,75	15.886	1,26	16.488	0,77	289.099	1,45
Namibe	691.043	15,07	1.760	11,76	1.210	13,43	434.685	11,01	162.426	19,39	7.302	0,34	274.245	1,37
Kwanza Norte	9.597	0,21	10	0,07	20	0,22	80.197	2,03	66.438	5,81	33.077	1,55	75.471	0,38
Kuanza Sul	9.597	0,21	1.200	8,02	300	3,33	209.601	5,31	94.885	8,86	48.816	2,29	446.607	2,24
K.Kubango	308.173	6,72	3.300	22,05	1.250	13,88	381.570	9,66	17.016	1,36	62.183	2,91	408.450	2,04
Uige	3.229	0,07	20	0,13	10	0,11	143.143	3,63	45.833	3,85	62.197	2,91	225.826	1,13
Zaire	98	0,00	10	0,07	5	0,06	125.979	3,19	2.207	0,17	35.386	1,66	81.465	0,41

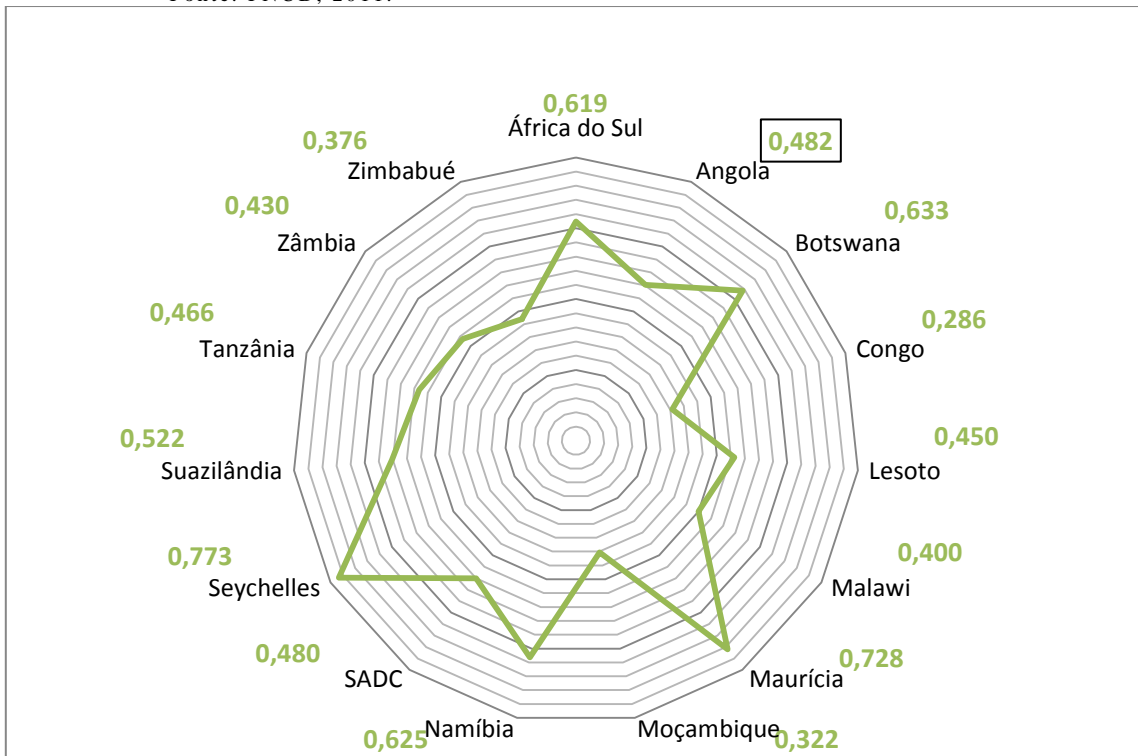
Fonte: Instituto de Serviços de Veterinária (ISV).

Figura B.1: Leitura comparada do Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: PNUD, 2005.

Fonte: PNUD, 2011.



Quadro A.10 -Famílias assistidas pelo IDA na campanha agrícola 2011-2012

Províncias	Previsto	Real
Cabinda	27.100	3.922
Zaire	50.200	58.532
Uíge	95.800	241.635
Malanje	99.300	100.560
K. Norte	30.000	17.885
Bengo	38.700	35.045
Luanda	24.200	29.786
Kwanza Sul	97.200	44.130
Benguela	91.600	7.550
Huambo	206.800	302.659
Bié	162.200	75.348
Huíla	149.500	144.215
Namibe	8.600	4.816
Cunene	4.500	5.000
Lunda Norte	29.700	24.128
Lunda Sul	26.300	11.346
Moxico	41.200	44.441
K. Kubango	14.700	63.335
NACIONAL	1.197.600	1.214.333

ANEXO 2: Análise Swot do Sector Agrário

1. MATRIZ SWOT COMO INSTRUMENTO DE DECISÃO ESTRATÉGICA

Figura C.1 - Matriz SWOT

Amb. Ext. / Amb. Int.	Oportunidades	Ameaças
Forças	Q1 Potencialidades de Actuação Ofensiva	Q2 Capacidade Defensiva
Fraquezas	Q3 Debilidades de Actuação Ofensiva	Q4 Vulnerabilidades

Mencionam-se de seguida os quatro temas que dividem a matriz em quadrantes e que por sua vez se podem distinguir em dois grupos:

- Forças e fraquezas (temas intrínsecos ao sector, que definem o ambiente interno)
- Oportunidades e ameaças (temas extrínsecos ao sector, que definem o ambiente externo).

Para cada um dos quatro temas assim identificados são definidos cinco agrupamentos de parâmetros que caracterizarão, da forma mais pragmática e objectiva, o tema em causa.

2. IDENTIFICAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS DE PARÂMETROS

2.1. Parâmetros definidos sob temas intrínsecos

2.1.1. Forças

- F1** – Aptidão agrária, biodiversidade, clima e genética;
- F2** – Abundância de recursos hídricos e extensão do território;
- F3** - Existência de uma expressiva faixa da população cuja actividade está directamente relacionada com a produção agrícola;
- F4** – Políticas públicas favoráveis e um enquadramento legal adequado ao desenvolvimento do Sector;
- F5** – Grande interesse dos investidores privados.

2.1.2. Fraquezas:

- f1** – Baixo nível de formação e analfabetismo da população rural;
- f2** - Atraso técnico, tecnológico, científico e organizacional considerável no sector;

- f3.** Estado de degradação das infraestruturas de apoio à produção
- f4** – Retorno dos investimentos no Sector a médio e longo prazo;
- f5** - Baixo nível de diferenciação e experiência do sector empresarial.

2.2 Parâmetros definidos sob temas extrínsecos:

2.2.1 Oportunidades

- O1** – Mercado interno em expansão;
- O2** – Mercado externo de *commodities*/biocombustíveis;
- O3** – Novos instrumentos financeiros de apoio ao sector;
- O4** – Cooperação técnica e financeira internacional;
- O5** – Reabilitação das infraestruturas.

2.2.2 Ameaças

- A1**– Produtos Importados/ subsídios / taxas de câmbio;
- A2** – Situação de degradação das infraestruturas;
- A3** – Integração na SADC e abertura à globalização
- A4** – Circuitos de distribuição e comercialização/políticas de preços mínimos ineficientes;
- A5** – HIV/SIDA e outras Pandemias.

3. PREENCHIMENTO DA MATRIZ SWOT

3.1. CRITÉRIOS DE QUANTIFICAÇÃO E CONJUGAÇÃO DE PARÂMETROS DOIS A DOIS

Neste item analisam-se e quantificam-se as interacções entre os diferentes parâmetros conjugados dois a dois na matriz SWOT. O método quantifica as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças considerando relações binomiais entre parâmetros segundo a forma como se conjugam em cada um dos quadrantes.

O critério de quantificação simplifica-se em três valores: 0 – sem impacto, 1 – impacto, 2 – muito impacto. As interacções entre os parâmetros considerados dois a dois foram analisadas e quantificadas segundo os critérios supracitados.

Figura C.2 - Resultados da matriz SWOT após a análise e quantificação das relações binomiais entre parâmetros

Ambiente Externo / Ambiente interno		OPORTUNIDADES					AMEAÇAS				
		O1	O2	O3	O4	O5	A1	A2	A3	A4	
		Mercado interno em expansão	Mercado externo de commodities / biocombustíveis	Novos instrumentos de crédito/financiamento	Cooperação técnica e financeira internacional;	Reabilitação de infraestruturas.	Produtos Importados /subsídios / taxas de Cambio	Situação de degradação das infraestruturas	Integração SADC e globalização	Circuitos de distribuição e comercialização / políticas de preços mínimos;	
FORÇAS	F1	Aptidão agrícola, biodiversidade, clima e genética	2	2	1	0	0	2	0	2	0
	F2	Abundância de rec. Hídricos & extensão territ.	2	2	1	0	0	2	0	2	0
	F3	% de população rural elevada	2	1	1	1	1	2	0	0	0
	F4	Políticas públicas	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	F5	Investimento Privado	2	2	1	0	2	2	1	1	1
FRAQUEZAS	f1	Baixo nível dos recursos humanos	2	2	1	0	0	1	2	2	1
	f2	Reduzido nível tecnológico e de investigação	2	2	2	0	2	2	0	2	0
	f3	Estado de degradação das infra-estruturas	2	2	1	0	1	2	2	2	2
	f4	Perfil de retorno dos investimentos	1	2	2	0	0	1	2	1	0
	f5	Baixo nível de diferenciação do tecido empresarial	2	2	2	0	1	1	0	2	1

3.2 ANÁLISE E QUANTIFICAÇÃO DE QUADRANTES

Procede-se de seguida à quantificação dos valores absolutos dos quatro quadrantes (valores que figuram no canto inferior esquerdo de cada quadrante). Paralelamente, procede-se à quantificação dos valores das diferentes linhas e colunas da matriz por quadrantes e por agrupamentos de quadrantes. Os valores dos somatórios das colunas do terceiro e quarto quadrantes subtraem-se aos valores dos somatórios das colunas do primeiro e segundo quadrantes respectivamente.

O resultado analisa-se:

Figura C.3 - Resultados da análise e classificação dos quadrantes da Matriz SWOT

Ambiente Externo →		OPORTUNIDADES					AMEAÇAS					Subtotal	TOTAIS		
		O1	O2	O3	O4	O5	A1	A2	A3	A4	A5				
← Ambiente interno		Mercado interno em expansão	Mercado externo de commodities / biocombustíveis	Novos instrumentos de crédito/financiamento	Cooperação técnica e financeira internacional;	Reabilitação de infraestruturas.	Produtos Importados /subsídios / taxas de Cambio	Situação de degradação das infraestruturas	Integração SADC e globalização	Circuitos de distribuição e comercialização / políticas de preços mínimos;	HIV/SIDA e outras Pandemias.	Subtotal			
FORÇAS	F1	Aptidão agrícola, biodiversidade, clima e genética	2	2	1	0	0	5	2	0	2	0	0	4	9
	F2	Abundância de rec. Hídricos & extensão territ.	2	2	1	0	0	5	2	0	2	0	0	4	9
	F3	% de população rural elevada	2	1	1	1	1	6	2	0	0	0	0	2	8
	F4	Políticas públicas	2	2	2	2	2	10	2	2	2	2	2	10	20
	F5	Investimento Privado	2	2	1	0	2	7	2	1	1	1	0	5	12
Sub totais e totais dos quadrantes Q1 e Q2			10	9	6	3	5	33	10	3	7	3	2	25	58
FRAQUEZAS	f1	Baixo nível dos recursos humanos	2	2	1	0	0	5	1	2	2	1	2	8	13
	f2	Reduzido nível tecnológico e de investigação	2	2	2	0	2	8	2	0	2	0	0	4	12
	f3	Estado de degradação das infra-estruturas	2	2	1	0	1	6	2	2	2	2	1	9	15
	f4	Perfil de retorno dos investimentos	1	2	2	0	0	5	1	2	1	0	0	4	9
	f5	Baixo nível de diferenciação do tecido empresarial	2	2	2	0	1	7	1	0	2	1	0	4	11
Sub totais e totais dos quadrantes Q3 e Q4			9	10	8	0	4	31	7	6	9	4	3	29	60
Sub total F - Subtotal f			1	-1	-2	3	1		3	-3	-2	-1	-1	-4	118

4. ANÁLISE ESTRATÉGICA - INTERPRETAÇÃO DA MATRIZ SWOT

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS FACTORES CRÍTICOS

Que **oportunidades** são mais acessíveis? (valor máximo da Σ colunas Oi)

- 1) Cooperação técnica e financeira internacional. (3)
- 2) Reabilitação de infra-estruturas (1)
- 3) Mercado interno em expansão (1)

Que **ameaças** têm maior potencial de impacto? (valor mínimo do Σ colunas Ai)

- 1) Degradação das infra-estruturas (-3)
- 2) Integração na SADC e Globalização (-2)
- 3) Circuitos de distribuição e comercialização (-1)

Que **forças** são mais "actuaentes"? (valor máximo do Σ das linhas Fi)

- 1) Políticas públicas (20)
- 2) Investimento privado (12)
- 3) Aptidão agrícola e abundância de recursos hídricos (9)

Que **fraquezas** são mais prejudiciais? (Valor máximo do Σ das linhas fi)

- 1) Degradação das infra-estruturas (15)
- 2) Baixo nível de recursos humanos (13)
- 3) Reduzido nível tecnológico e de formação (12)

4.2 ANÁLISE DO POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

4.2.1 QUANTIFICAÇÃO RELATIVA DE QUADRANTES:

A metodologia usada considera o peso relativo acumulado de cada quadrante, relativamente ao resultado do somatório dos valores absolutos dos quatro quadrantes. Efectua-se uma ponderação percentual de cada quadrante relativamente ao somatório do valor parcial dos quatro quadrantes

	OPORTUNIDADES			AMEAÇAS		
FORÇAS	Q 1	$Q1/\sum Qi$	28,0%	Q2	$Q2/\sum Qi$	21,2%
FRAQUEZAS	Q3	$Q3/\sum Qi$	26,3%	Q4	$Q4/\sum Qi$	24,6%

Valor percentual do peso de cada quadrante face ao total da matriz.

	OPORTUNIDADES			AMEAÇAS				
FORÇAS	Q 1	$Q1/\sum Qi$	28,0%	Q2	$Q2/\sum Qi$	21,2%	$(Q1-Q3)/(Q2-Q4)$	
FRAQUEZAS	Q3	$Q3/\sum Qi$	26,3%	Q4	$Q4/\sum Qi$	24,6%		
	Q1-Q3	1,7%	Cap.ofensiva	Q2-Q4	Cap. Defensiva	-3,4%	-1,7%	TOTAL

Figura 19. Ponderação percentual de cada quadrante

4.2.2 QUANTIFICAÇÃO DA CAPACIDADE OFENSIVA DO SECTOR AGRÁRIO:

$$\sum Q1 - \sum Q3 = 1.7 \%$$

A análise faz um balanço das forças e fraquezas face ao parâmetro oportunidades (captura de oportunidades). A capacidade ofensiva do

sector agrário nacional revela-se positiva; esta capacidade será considerada e ponderada como importante factor para potenciar o processo de desenvolvimento.

4.2.3 QUANTIFICAÇÃO DA CAPACIDADE DEFENSIVA (NEUTRALIZAÇÃO DE AMEAÇAS):

$$\Sigma Q2 - \Sigma Q4 = -3,4\%$$

A análise SWOT revela um contexto desfavorável. A capacidade de neutralização de ameaças é manifestamente insuficiente; a capacidade ofensiva do sector será neutralizada pela combinação de fraqueza interna e ameaças, factor que actualmente condiciona o desenvolvimento do sector. A orientação político-estratégica deverá reflectir a preocupação no sentido de mitigar os efeitos das ameaças com maior impacto

4.2.4 ANÁLISE DO POSICIONAMENTO GLOBAL DO SECTOR:

$$(\Sigma Q1 - \Sigma Q3) + (\Sigma Q2 - \Sigma Q4) = -1,7\%$$

Posicionamento estratégico (favorável/desfavorável), ou capacidade ofensiva superior/inferior às debilidades. A capacidade ofensiva do sector é inferior às debilidades

Leitura comparada das análises ponderada efectuada a cada um dos quadrantes, ponderando de cada um dos quatro quadrantes:

$$Q1 (28\%) > Q3 (26,3\%) > Q4 (24,6\%) > Q2 (21,2\%):$$

$$Q1 (\text{Forças/opportunidades}) > Q3 (\text{fraquezas/opportunidades}) > Q4 (\text{ameaças/ fraquezas}) > Q2 (\text{Forças/Ameaças})$$

A relação entre os parâmetros forças/ameaças revela o valor mais frágil do contexto enquanto que o binómio forças/opportunidades tem o valor mais elevado da relação de forças interna da matriz.

O sector tem um importante potencial ofensivo tendo, porém, um peso global dominado pela insuficiente capacidade de neutralização de ameaças. A estratégia deverá passar pela criação de condições que permitam devolver a competitividade ao sector, melhorando a capacidade de resposta e desencadeando esforços para sensibilizar o País e o Governo para a importância estratégica do Sector como vector de desenvolvimento equitativo.

**ANEXO 3: Programação Financeira do
Programa de Investimento Público (PIP) –
PDMPSA 2009-13**

ANEXO 3: Localização das Fileiras Produtivas Propostas no PDMPSA 2011-17

Quadro E.1 – Fileira de Cereais

PROVÍNCIA	Milho	Massango, Massambala	Arroz
CABINDA	Cabinda		
ZAIRE			Kuimba e Tomboco
UIGE			Samza Pombo, Cangola, Negage, Buengas e Quimbele
MALANGE	Malange, Cacuso, Calandula, Caculama		Caculama, Kirima, Kalandul a Cambundi, Catembo e Luquembo
KWANZA NORTE			Lucala e Ambaca
BENGO			
LUANDA			
MOXICO	Moxico, L. Cameia, Camanongue	Luchazes	Moxico, L. Cameia, Camanongue e Alto Zambeze
LUNDA NORTE			Cambulo
LUNDA SUL			Moconda, Cacolo e Saurimo
KUANZA SUL	Wacu-Kungo, Mussende, Amboím, Ebo, Condé, Quilenda		
BENGUELA	Ganda, Cubal, Balombo.	Caimbambo, Chongoroi, Cubal	
HUAMBO	Todos os municípios	Huambo	
BIE	Todos os municípios		Catabola, Kamacupa, Kuito e Andulo
HUILA	Quipungo, Caluquembe, Caconda, Chicomba, Matala, Chibia Cacula, Jamba	Lubango, Quilenques, Cacula, Chibia, Caluquembe e Gambos	
KUANDO KUBANGO	Menongue, Cuchi, Mavinga	Dirico, Rivungo e Calai Cuangar Nancova	
NAMIBE		Bibala e Caruculo Cuvelai, Curoca,	
CUNENE	Cuvelai	Cuanhama, Namacunde e Ombadja	

Quadro E.2 – Fileira de Raízes e Tubérculos

PROVÍNCIA	Mandioca	Batata doce	Batata rena
CABINDA	Todos os municípios	Todos os municípios	
ZAIRE	Todos os municípios	Todos os municípios	
UIGE	Todos os municípios	Todos os municípios	Negage
MALANGE	Todos os Municípios	Todos os municípios	Malange, Cacuso Caculama
KWANZA NORTE	Todos os municípios	Todos os municípios	Ambaca
BENGO	Todos os municípios	Dande, Nambuango,Icolo e Bengo,Quissama	
LUANDA	Viana	Cacuaco e Viana	
MOXICO	Todos os Municípios	Todos os Municípios	
LUNDA NORTE	Todos os Municípios	Todos os municípios	
LUNDA SUL	Todos os municípios	Todos os Municípios	
KUANZA SUL	Libolo, Mussende, Kibala e Ebo	Todos os municípios	Amboim, Quibala,Wacu-Kungo
BENGUELA		Ganda, Balumbo,Bocoio	Ganda, Balumbo,Benguela
HUAMBO	Mungo e Bailundo	Todos os municípios	Huambo, Kaala, Ekunha, Katchiungo, Tchicala Tcholohanga
BIE	Andulo e Nhareia	Todos os municípios	Chinguar,Cunhinga,Andulo
HUILA		Caluquembe,Caconda, Kuvango, Jamba e Chipindo	Caluquembe,Matala,Caconda, Lubango e Humpata
KUANDO KUBANGO	Menongue, Kuito Kuanavale	Menongue, Cuchi	
NAMIBE		Namibe, Tombwa e Bibala	Namibe, Bibala e Virei
CUNENE		Ombadja	

Quadro E.3 – Fileira de Leguminosas de Grão

PROVÍNCIA	Feijão comum	Feijão Macunde	Amendoim	Soja
CABINDA	Cabinda, Cacongo, Buco Zau, Belize	Cabinda, Cacongo, Buco Zau, Belize	Cabinda, Cacongo, Buco Zau, Belize	
ZAIRE	Mbanza Congo, Kuimba, Tomboco, Noqui	Mbanza Congo, Soyo, Tomboco, Nzeto e Noqui	Mbanza Congo, Tomboco, Nzeto, Kuimba, Soyo, Noqui	
UIGE	Songo, Quimbele, Buengas, Uige Maquela do Zombo,	Todos os municípios	Todos os municípios	Damba
MALANGE	Todos os Municípios	Todos os municípios	Malange, Cacuso Caculama	Cacuso
KWANZA NORTE	Todos os municípios	Todos os municípios	Todos os municípios	
BENGO	Todos os municípios	Todos os municípios	Todos os municípios	
LUANDA				
MOXICO	Luau, Moxico, Camanongue, Lumege-Cameia	Luau, Moxico, Camanongue, Lumege-Cameia	Luau, Moxico, Camanongue	
LUNDA NORTE	Todos os Municípios	Todos os municípios		
LUNDA SUL	Todos os municípios	Todos os Municípios		
KUANZA SUL	Libolo, Wacungo, Quibala, Ebo, Cassongue, Seles	Libolo, Wacungo, Mussende, Quibala e Ebo		Mussende
BENGUELA	Ganda, Balombo, Bocoio e Lobito	Chongoroi, Caimbambo, Cubal	Balombo, Bocoio e Lobito	Ganda
HUAMBO	Todos os municípios	Huambo, Ucuma e Caala		Huambo, Kaala, Bailundo Longonjo, Catchiungo e Mungo
BIE	Todos os municípios	Todos os municípios		Andulo, Nhareia, Camacupa e Chinguar
HUILA	Caluquembe, Matala, Chibia, Lubango, Quipungo, Cacula	Gambos, Chipindo, Quilengues, Caconda, Chicomba e Caluquembe		Caconda e Caluquembe
KUANDO KUBANGO	Menongue, Cuchi	Todos os municípios	Menongue, Cuchi	
NAMIBE	Namibe, Bibala, Caraculo	Namibe, Bibala, Caraculo	Bibala	
CUNENE		Cuvelai		

Quadro E.4 – Fileira de Oleaginosas

PROVÍNCIA	Palmeira de dendem	Girassol
CABINDA	Cabinda, Cacongo, Buco Zau, Belize	
ZAIRE	Mbanza-Kongo, Tomboco e Nzeto	
UIGE	Todos os municípios	
MALANGE	Cacuso, Calandula, Massango, Cabundi-Catembo	Cacuso e Caculama
KWANZA NORTE	Todos os municípios	Lucala e Cambanbe
BENGO	Dande, Nambuangongo, Ambriz, Pango-Aluquem, Bula-Tumba, Quissama, Quibaxe	
LUANDA		
MOXICO		Leua, Moxico, Camanongue
LUNDA NORTE		
LUNDA SUL		
KUANZA SUL	Amboim, Sumbe, Conda, Libolo, Seles, Porto-Amboim, Ebo e Sumbe	
BENGUELA	Lobito, Baía Farta	Ganda, Cubal, Bocoio
HUAMBO		Bailundo, Mungo, Huambo e Caala
BIE		Adulo, Nhareia, Catabola e Camacupa
HUILA		
KUANDO KUBANGO		Menongue, Cuchi
NAMIBE		
CUNENE		

Quadro E.5- Fileira de Hortofrutícolas e fruteiras

PROVÍNCIA	Hortícolas diversas	Banana	Manga	Ananás	Citrinos	Maçãs, Pêras, Abacate e mamão
CABINDA	Cabinda,	Cabinda, Cacongo, Buco Zau, Belize	Cabinda,	Cabinda, Cacongo, Buco Zau, Belize		Cabinda
ZAIRE	Mbanza Congo, Tomboco, Soyo	Mbanza Congo, Tomboco	Mbanza Congo, Soyo	Mbanza Congo, Tomboco	Mbanza Congo, Tomboco, Nzeto, Noqui,	Mbanza-Kongo e Tomboco
UIGE	Negage, Songo e Uige	Songo, Bungo, Uige e Quitexe		Negage	Sanza Pombo, Quimbele	Toda a província
MALANGE	Malange, Cacuso	Cacuso	Cacuso, Calandula e Malanje	Cacuso	Cacuso	Malange, Cacuso
KWANZA NORTE	Cazengo, Lucala e Cambambe	Cambambe, Lucala e Gulungo-Alto		Cambambe	Cambambe	Lucala e Ambaca
BENGO	Dande, Icolo e Bengo	Dande, Icolo e Bengo, Nambua	Dande	Nambuanguongo, Ambriz, Pango, Bula Quibaxe		Dande,
LUANDA			Viana e Cacucaco			
MOXICO	Moxico,		Moxico, Lua e Léua	Luacano e Lumege-Cameia		Luau
LUNDA NORTE	Dundo, Lucapa e Kuango		Dundo, Lucapa e Kuango			
LUNDA SUL	Saurimo e Xá-Muteba		Todos os Municípios			
KUANZA SUL	Sumbe, Amboim, Quibalae Wacu-cungo	Sumbe e Amboim		Quibala, Wacu-cungo e Cassongue		Amboim, Quibala, Wacu-Kungo e Ebo
BENGUELA	Benguela, Lobito, Baía Farta	Benguela, Lobito	Benguela, Cubal	Bocoio, Ganda e Balombo	Chongoroi, Caimbambo, Cubal	Benguela e Lobito
HUAMBO	Huambo, Kaala e Ekunha			Londuimbali	Huambo, Bailu, Catchiu, Chicala e Londuimbali	Huambo, Ekunha, Katchiungo
BIE	Kuito, Chinguar, Andulo e Camacupa			Kuito	Kuito, Catabolae Camacupa, Chinguar	Andulo, Kuito e Chinguar
HUILA	Lubango, Matala, Humpata, Chibia		Matala, Chibia		Humpata, Chibia e Matala	Humpata e Matala
KUANDO KUBANGO	Menongue, Cuchi		Menongue, Cuchi		Menongue	
NAMIBE	Namibe, Bibala, Tombwa	Namibe	Namibe, Bibala		Bibala	Namibe
CUNENE	Ombandja, Kuanhama e Kahama			Ombadja	Kahama e Ombadja	

Quadro E.6- Fileira do Café

PROVÍNCIA	Café Robusta	Café Arábica
CABINDA	Buco Zau	
ZAIRE	Ambrizete e Tomboco	
UIGE	Todos os Municípios	
MALANGE	Cacuso, Massango e Calandula e Quela	Cacuso, Calandula, Massango e Quela
KWANZA NORTE	Todos os municípios	
BENGO	Nambuango, Quibaxe, Pango, Bula-Tumba	
LUANDA		
MOXICO		Moxico
LUNDA NORTE		
LUNDA SUL		
KUANZA SUL	Amboim, Libolo, Quilenda, Conda, Cassongue, Elbo e Quibala	Seles e Wacu-Kungo
BENGUELA		Ganda
HUAMBO		Huambo, Catchiungo, Bailundo e Mungo
BIE		Andulo, Nhareia, Kuito, Catabola e Camacupa
HUILA		Caluquembe, Caconda e Lubango
KUANDO KUBANGO		
NAMIBE		
CUNENE		

Quadro E.7- Fileira de Produtos de Origem Animal

PROVÍNCIA	CARNE					LEITE			OVOS		CURTUMES	
	BOVINOS		PEQ.RUM.	SUINOS		AVES		BOVINOS		GALINÁCEOS		
	Trad.	Empr	Familiar	Trad.	Empr	Trad.	Empr	Tradicional	Empr	Trad.		Empr
CABINDA	Cabinda,Cacongo, Buco Zau, Belize	Cabinda	TM	TM	Cabinda	TM	Cabinda			TM	Cabinda	
ZAIRE			TM	TM	Soyo	TM	Soyo			TM		
UÍGE		Negage	TM	TM	Uíge,Negage	TM	Uíge,Negage			TM		
MALANGE	Quela, Malange e Massango	Calandula, Cacusso,Cacul e malange	TM	TM	Malange	TM	Malange			TM	Malange e Cacusso	
KWANZA NORTE	Luinga	Camabatela e Ambaca	TM	TM	Cazengo, Camabatela	TM	Cazengo e Camabat			TM		
BENGO		Longa e Dande	TM	TM	Dande	TM	Dande			TM		
LUANDA	Cacuaco,Samba e Viana	Viana e Samba	Cacuaco,Viana e Samba	Samba,Viana e Cacuaco	Viana e Cacuaco	Kilamba kiaxi,Viana,Cacuaco e Samba	Viana			Kilamba kiaxi,Viana,Cacuaco e Samba	Cacuaco, Viana	Samba
MOXICO		Luena,Lumeje-Cameia, Lucusse	TM	TM	Luena e Lumeje-cameia	TM	Luena			TM		
LUNDA NORTE		Calonda, Cossa Dundo	TM	TM	Chitato, Lucapa	TM	Chitato, Lucapa			TM	Chitato	
LUNDA SUL		Saurimo	TM	TM	Cacolo	TM	Chitato, Lucapa			TM		
KUANZA SUL	Porto Amboim	Porto Amboim, Sumbe	TM	TM	Sumbe	TM	Sumbe		Wacu Kungo	TM		
BENGUELA	Chongoroi,Baia Farta,Caimbambo e Cubal	Ganda, Chongoroi,Balombolo,Lobito,Benguela e Cubal	TM	TM	Benguela e Ganda	TM	Benguela e Lobito		Benguela	TM	Benguela	Benguela
HUAMBO	Caala,Kuima,Tchinjenje	Huambo	TM	TM	Huambo	TM	Huambo e Caala		Huambo	TM	Chenga e Caala	
BIÉ	Kuito	Kunhinga,Andulo e Kuito	TM	TM	Kuito	TM	Kuito			TM	Kuito	
HUÍLA	TM	Gambos e Matala	TM	TM	Lubango e Calukembe	TM	Lubango	TM	Matala, Humpata	TM	Lubango	Lubango
KUANDO		Menongue, Kuangar, Calai Dirico, Cuchi	TM	TM	Menongue e Kuxi	TM	Menongue			TM		
KUBANGO												
NAMIBE	Bibala e Camucuiu	Bibala, Camucuiu e Namibe	TM	TM	Namibe	TM	Namibe	Bibala, Camucuiu e Namibe		TM		
CUNENE	TM	TM	TM	TM	Cahama	TM	Cahama			TM	Cahama	

Quadro E.8 – Fileira das Florestas

PROVÍNCIA	PRODUÇÃO DE MADEIRA			REPOVOAMENTO	APICULTURA
	ÁREAS DE EXTRACÇÃO	SERRAÇÕES	UNIDADES DE TRANSPORTE		
CABINDA	Cacongo, Buco Zau, Belize	Cabinda	Cabinda	Cabinda	
ZAIRE	Cuimba, Mbanza Congo, Tomboco, Nzeto	Mbanza Congo, Nzeto	Mbanza Congo	Mbanza Congo, Soyo, Tomboco, Nzeto	Cuimba, Mbanza Congo, Nzeto
UIGE	Songo, Quimbele, Bembe, Quitexe	Uíge	Uíge	Negage, Uíge	
MALANGE	Massango, Cambundi Catembo, Quirima	Malange	Malange	Malange, Cacuso, Caculama	Malange, Cangandala
K. NORTE	Bolongongo, Quiculungo, Banga, Gonguembo, Golungo-Alto	Cazengo	Cazengo	Cazengo, Lucala, Cambambe	
BENGO	Quibaxe, Bula Atumba, Dande, Nambuanguongo, Pango Aluquem	Dande	Caxito	Dande, Ambriz, Icolo e Bengo	
LUANDA		Luanda, Viana, Cacucaco	Luanda, Viana, Cacucaco	Todos os municípios	
MOXICO	Alto Zambeze, Luchazes, Luau, Lumbala Guimbo	Luena	Luena	Luena, Lévoa, Camanongue	Todos os municípios
LUNDA NORTE	Xá-Muteba, Capenda Camulemba	Dundo	Dundo	Todos os municípios	
LUNDA SUL	Cacolo, Muconda	Saurimo	Saurimo	Todos os municípios	Saurimo, Muconda
BENGUELA		Benguela, Lobito	Benguela, Lobito	Benguela, Lobito, B. Farta	Cubal, Chongoroi
HUAMBO		Huambo		Benguela, Lobito	Kaála, Quinjenje, Katchiungo, Tchicala-Tcholoanga
BIÈ		Kuito		Todos os municípios	Todos os municípios
HUÏLA		Lubango, Quipungo		Lubango, Humpata, Matala, Jamba, Cacula, Caluquembe	Humpata
KUANDO KUBANGO	Cuangar, Dirico, Calai	Menongue, Dirico	Menongue	Menongue	Todos os municípios
NAMIBE				Namibe, Lucira, Tômbwa	
CUNENE	Cuvelai	Namacunde	Namacunde	Cuanhama, Namacunde, Onbandja, Cahama	Cuvelai
K. SUL	Amboim	Gabela	Amboim	Todos os municípios	

Quadro E.9 – Reabilitação e Construção de Infra-estruturas

PROVÍNCIA	Armazéns	Sistemas de frio	Matadouros	Sistemas de rega e drenagem
CABINDA	Cabinda, Cacongo, Buco Zau, Belize	Cabinda, Cacongo, Buco Zau, Belize		
ZAIRE	Mbanza Congo, Tomboco		Todos os municípios	N'Zeto
UIGE	Uige, Negage, Quitexe, Puri, Songo, Sanza Pombo, Damba, Ambuila ,	Uige, Negage,	Negage, Bungo, Cangola	Negage
MALANGE	Todos os municípios	Malange	Malange, Cacusó	
KWANZA NORTE	Todos os municípios	Todos os municípios		
BENGO	Dande, Icolo e Bengo, Nambuango	Dande, Icolo e Bengo,	Icolo e Bengo, Dande, Quissama	Dande, Icolo e Bengo, Ambriz
LUANDA				
MOXICO	Leua, Moxico, Camanongue, L.Cameia	Moxico, L.Cameia, Luacano	Moxico	Moxico
LUNDA NORTE	Todos os Municípios	Todos os municípios		
LUNDA SUL	Todos os municípios	Todos os Municípios		
KUANZA SUL				
BENGUELA	Benguela	Benguela, Lobito, Ganda, Balumbo	Benguela, Lobito, Ganda, Cubal	Benguela, Lobito, Ganda, Cubal
HUAMBO	Huambo, Kaala, Akunha	Huambo, Tchicala, Tcholoanga Kaala, Longonjo, Alto Hama	Huambo, Kaala	Huambo, Kaala, Longonjo, Akunha, Tcholoanga
BIE				
HUILA	Humpata, Matala	Humpata, Lubango, Chibia	Humpata, Lubango, Chibia, Quipungo	Humpata, Lubango, Chibia, Quipungo, Matala, Caloquembe
KUANDO KUBANGO	Menongue, Kuito Kuanavale, Cuchi, Cuangar	Menongue, Kuito Kuanavale, Cuchi, Cuangar	Menongue, Cuangar	Menongue, Cuchi, , Kuito Kuanavale,
NAMIBE	Bibala	Namibe	Namibe	Namibe
CUNENE	Ombadja, Cuvelai	Ombadja	Ombadja, Cuanhama,	Ombadja

Quadro E.10 – Fileira das Sementes

PROVÍNCIA	Milho	Massango e Massambala	Arroz
CABINDA	Cabinda,		
ZAIRE			Kuimba
UIGE			Puri
MALANGE	Cacuso, Caculama		Malange, Cacuso Caculama
KWANZA NORTE			
BENGO			
LUANDA			
MOXICO			Lumeje, Moxico
LUNDA NORTE			Cambulo
LUNDA SUL			Cacolo
KUANZA SUL	Waku – Kungo e Amboim		
BENGUELA	Cubal , Benguela e Balombo		
HUAMBO	Caála, Bailundo		
BIE	Andulo, Chinguari		Catabola e Camacupa
HUILA	Matala, Caluquembe e Quipungo	Quilengues e Chibia	
KUANDO KUBANGO	Menongue,	Cuchi	
NAMIBE			
CUNENE		Omandja e Xangongo	

Quadro E.11 – Fileira de Material Vegetativo de Raízes e Tubérculos

PROVÍNCIA	Mandioca	Batata doce	Batata rena
CABINDA	Cabinda	Cabinda	
ZAIRE	Mbanza – Congo e Tomboco	Mbanza - Congo	
UIGE	Uíge e Negage	Uíge e Negage	
MALANGE	Cacuso e Malange	Malange e Cacuso	
KWANZA NORTE	Cazengo e Lucala	Cazengo	
BENGO	Dande	Dande,	
LUANDA	Viana	Cacuaco e Viana	
MOXICO	Luena	Luena	
LUNDA NORTE		Dundo	
LUNDA SUL		Saurimo	
KUANZA SUL	Quibala e Libolo	Porto Amboim	
BENGUELA		Benguela e Ganda	
HUAMBO		Huambo e Kaála	Kaála, Ekunha
BIE		Kuito e Chinguar	Chinguar,
HUILA		Humpata e Caluquembe	Matala e Humpata
KUANDO KUBANGO		Menongue, Kuito Kuanavale	
NAMIBE		Namibe, Bibala e Tómbua	Namibe
CUNENE		Ombanja	

Quadro E.12 – Fileira de Material Vegetativo de Leguminosas

PROVÍNCIA	Feijão Comum	Feijão Macunde	Amendoim	Girassol
CABINDA			Cabinda e Cacongo	
ZAIRE	Mbanza – Congo e Tomboco	Mbanza – Congo e Tomboco	Mbanza - Congo	
UIGE	Uíge e Negage	Uíge e Negage	Uíge e Songo	
MALANGE	Cacuso e Caculama		Cacuso e Caculama	Cacuso
KWANZA NORTE	Cazengo e Lucala	Cazengo, Ambaca e Lucala		Lucala
BENGO	Dande	Dande,		
LUANDA	Viana	Cacuaco e Viana		
MOXICO	Luena			
LUNDA NORTE				
LUNDA SUL				
KUANZA SUL	Waku – Kungo e Quibala	Waku – Kungo e Quibala		Waku – Kungo e Sumbe
BENGUELA	Benguela, Bocoio e Ganda			Cubal e Ganda
HUAMBO				
BIE	Catabola e Chinguar		Camacupa	Catabola
HUILA	Matala, Quipungo e Chibia			
KUANDO KUBANGO				
NAMIBE				
CUNENE				

Quadro E.13 – Reabilitação e Construção de Infra-estruturas

PROVÍNCIA	Entrepósitos frigoríficos	Silos	Unidade Fabril
CABINDA	Cabinda		
ZAIRE			Nzeto
UIGE			Sanza Pombo e Negage
MALANGE		Quizenga, Cacuso	Cacuso
KWANZA NORTE	Dondo		Lucala
BENGO	Caxito		Caxito
LUANDA		Catete	
MOXICO	Luená		Camaiangala
LUNDA NORTE			Cacanda
LUNDA SUL			
KUANZA SUL			Porto Amboim
BENGUELA	Catumbela	Ganda, Cubal	
HUAMBO		Caala	
BIE		Catabola	Camacupa
HUILA	Chibia	Caconda, Matala	
KUANDO KUBANGO			Longa
NAMIBE	Namibe		
CUNENE	Ondjiva		